

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA

Lauro Pereira Zago Sagrilo

**ORIGEM E EVOLUÇÃO DA PECUÁRIA DE CORTE
NO RIO GRANDE DO SUL**

Porto Alegre
1. Semestre
2015

Lauro Pereira Zago Sagrilo

**ORIGEM E EVOLUÇÃO DA PECUÁRIA DE CORTE
NO RIO GRANDE DO SUL**

Trabalho de Conclusão apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Medicina Veterinária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título em graduação em Medicina Veterinária.

*Orientador: Prof. Dr. João Batista Souza
Borges*

Porto Alegre
1. Semestre
2015/1

*In memoriam a Octaviano Pereira dos Santos,
meu bisavô, destacado pecuarista gaúcho.*

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Ana Rosa e Ari Humberto, e ao meu irmão, Octaviano, pelo apoio constante em todos meus projetos.

Ao amigo e orientador Prof. Dr. João Batista, pela disponibilidade em me orientar com conselhos sempre oportunos, e também pelo incentivo.

Ao Dr. Valdir Amaral Pinto, ilustrado advogado santiaguense, pelas valiosas sugestões recebidas relativamente à bibliografia.

*Omnium autem rerum, ex quibus aliquid
adquiritur, nihil est agri cultura melius, nihil
uberius, nihil dulcius, nihil homine libero
dignius.*

(CICERO, 1913, p. 155)

RESUMO

A pecuária de corte, juntamente com sua indústria, foi a principal atividade econômica do Rio Grande do Sul (RS) até os últimos anos do século XIX. Nos dias de hoje, continua a ocupar lugar de destaque na economia sul-rio-grandense. Almeja, o presente estudo, elaborar uma sintética pesquisa histórica, acompanhada de análise, dos fatos mais relevantes relativos à origem e à evolução da criação de gado bovino no Rio Grande do Sul. Os jesuítas introduziram grandes quantidades de gado vacum no RS no ano de 1634. Esses animais se espalharam para o sul do RS, e também para o Uruguai, onde se multiplicaram e se tornaram selvagens. Grandes quantidades de bovinos eram caçados, tanto no território uruguaio quanto no território rio-grandense, por nômades coureadores de diferentes etnias, que se dirigiam aos mercados do Prata (Colônia do Sacramento, Montevideo e Buenos Aires), onde comercializavam o couro.

A estância luso-brasileira, propriedade privada com fins comerciais, emergiu, no Rio Grande do Sul, com o advento do instituto da sesmaria, ocorrido no ano de 1732. Obviamente, as estâncias fundadas naquele século não possuíam aramados – a principal tarefa da mão de obra (escravos, assalariados e agregados) era amansar os animais selvagens e os vigiar, trazendo-os de volta quando extraviavam para pastagens de fazendas vizinhas. Outras tarefas incluíam marcação, castração e curativos primitivos. Em 1779, surgiram as charqueadas em Pelotas, as quais prosperaram ao produzir o alimento que abastecia as senzalas de outras regiões do país. No século XIX, a maior parte do gado bovino rio-grandense era abatido nas charqueadas pelotenses.

O aramado apareceu nas estâncias da Campanha no ano de 1870, mas foi generalizar-se somente 20 anos depois. A partir dos últimos anos do século XIX, criadores gaúchos começaram a importar reprodutores estrangeiros, melhorando a qualidade do rebanho bovino rio-grandense. Espécies de pastagens exóticas já existiam no RS desde o século XIX, mas sua difusão, em larga escala, nas fazendas de criação de gado, só ocorreu a partir de meados da década de 1960. A aplicação dessas três tecnologias (alambrado, reprodutores superiores e pastagens artificiais), nas propriedades rurais rio-grandenses, contribuiu para vultosos avanços na produtividade do rebanho bovino. No entanto, relativamente ao gado de cria, os índices de produtividade atuais do RS (*e.g.* 57 terneiros para cada 100 vacas) estão muito aquém do potencial desejável e atingível.

Palavras-chave: **História da pecuária. Bovinocultura. Origem. Evolução. Gado. Rio Grande do Sul. História. Economia.**

ABSTRACT

Beef cattle production is one of the most important economic activities in Rio Grande do Sul State (RS), in southern Brazil. The objective of the present work is to analyse its origins and evolution through more than 300 years of history.

The Jesuits first introduced large quantities of cattle into RS in 1634, which spread to the southern RS and to Uruguay, where they proliferated to large quantities and became wild. In 1680, Portuguese troops founded the city of Colonia do Sacramento (located in the current territory of Uruguay), which attracted cattle hunters, traders and settlers from other regions. Colonia do Sacramento became the major trade hub of rawhide in South America – the product destination was mostly Europe. This period is known as the “leather age”, which lasted until late XVIII century.

The beef cattle property, as a private business establishment, emerged after the year 1732, when the Portuguese institute of *sesmaria* was implemented in RS. Obviously, wire fences were not available for cattle ranchers at that time, and the main roles of the labour (slaves and wage earners) was to domesticate the wild cattle and to monitor it, bringing them back whenever they escaped to neighbouring pastures. Other roles included branding, castrating and, after 1779, separating the cattle for selling it to industry of salted beef (*charqueadas*).

The advent of wire fences in our beef cattle properties started on 1870, but the technology became widespread only 20 years later. At that point, cattle producers also started importing British breeds of beef cattle, improving the quality of our primitive *crioulo* cattle breed. Exotic species of pastures existed in RS since the XIX century, but its diffusion in our beef cattle properties only started to rise substantially in the 1960s. These three technologies (fencing, genetically superior breeds and artificial pastures) allowed great advances on beef productivity in RS. Nevertheless, the current productivity rates of the breeding herd (*e.g.* weaning rate of 57%) are well below the achievable potential.

Keywords: Cattle raising history. Beef production. Origin. Evolution. Cattle. Southern Brazil. Rio Grande do Sul. History. Economy.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estimativa fornecida pelo Sargento-Mor Mateus da Cunha Teles à Saint-Hilaire	33
Tabela 2 - Evolução da quantidade e do preço dos escravos nas estâncias de Jaguarão no século XIX	46
Tabela 3 - Evolução da área de pastagens, lavouras e matas em relação aos rebanhos bovino e ovino do RS. 1970-2006	59
Tabela 4 - Evolução do rebanho bovino rio-grandense. 1780-2013	67
Tabela 5 - Exportações gaúchas. 1891-1927	69
Tabela 6 - Variação do Valor Bruto da Produção Primária (%) - 1948-75	71
Tabela 7 - Evolução do rebanho bovino nas diferentes unidades federativas	71
Tabela 8 - Evolução do rebanho bovino nas diferentes unidades federativas	72
Tabela 9 - Evolução do rebanho ovino rio-grandense	72
Tabela 10 - Distribuição do rebanho bovino gaúcho em 1978	73
Tabela 11 - Taxa de natalidade nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul nos anos de 1970 e 1985	74
Tabela 12 - Taxa de mortalidade nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul nos anos de 1970 e 1985	75
Tabela 13 - Taxa de Desfrute (%)	75

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A INTRODUÇÃO DE GADO BOVINO NO BRASIL.....	14
3 SOBRE OS MODOS DE DIFUSÃO DOS BOVINOS	16
4 ASSUNÇÃO: SEMEADORA DE GADO	18
5 A DIÁSPORA DO GADO ASSUNCENHO.....	21
6 AS VACARIAS	23
6.1 VACARIA DO MAR	23
6.2 VACARIA DOS PINHAIS	27
7 O SISTEMA ECONÔMICO DAS MISSÕES	29
8 COUREADORES E TROPEIROS	31
9 AS ESTÂNCIAS LUSO-BRASILEIRAS (PRÉ-ARAMADO)	36
9.1 FORMAÇÃO	36
9.2 ESTÂNCIAS INDIVISAS	39
9.3 ADMINISTRAÇÃO DE SAL AO GADO	43
9.4 PRODUTIVIDADE	44
9.5 MÃO DE OBRA	45
10 A REVOLUÇÃO DO ARAMADO	48
11 AS CHARQUEADAS.....	50
12 OS FRIGORÍFICOS	52
13 AS PASTAGENS	54
13.1 A INTRODUÇÃO E A DISSEMINAÇÃO DAS PASTAGENS CULTIVADAS.....	54
13.2 O CAMPO NATIVO.....	58
14 A INTRODUÇÃO DE RAÇAS DE CORTE	61
14.1 CHAROLÊS	61
14.2 DURHAM	63
14.3 HEREFORD	63
14.4 DEVON	63
14.5 ABERDEEN-ANGUS.....	64
14.6 SHORTHORN.....	65
15 EVOLUÇÃO DO REBANHO BOVINO.....	66
16 PRODUTIVIDADE – ÍNDICES RECENTES.....	73

17 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS	80
APÊNDICE A - Rebanhos existentes em 1787 no Rio Grande do Sul	90
APÊNDICE B - Valor do gado em Rio Pardo em 1777	91
APÊNDICE C - Mapa da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul em 1809 com seus quatro municípios.....	92
APÊNDICE D - População livre e escrava do Rio Grande do Sul.....	93

1 INTRODUÇÃO

“A história do gado, que é a história econômica do Rio Grande do Sul [...]”
(PORTO, 1954, p. 242)

Pecuária, segundo a erudição de Sérgio Buarque de Holanda Ferreira (1986), significa arte e indústria do tratamento e criação do gado. O gado menor compreende os suínos, caprinos e ovelhuns, enquanto o gado maior equivale aos equinos, bovinos, bubalinos, muares e asininos. Cada uma dessas espécies, de acordo com suas características específicas, pode ser criada para um ou mais fins úteis ao homem, tais como a obtenção de carne, leite, lã ou tração. Pecuária, portanto, é um conceito amplo, que abarca diferentes produções, de diferentes espécies animais. Amplitude ainda maior possuía o antigo significado da palavra agricultura (do latim *agricultūra*), que, além de se referir ao cultivo do solo objetivando a produção vegetal, também incluía, em seu conceito, a criação de animais – em alguns idiomas, como é o caso do inglês, a acepção clássica do verbete latino permanece.

Para afastar quaisquer dúvidas em relação ao tema objeto do presente trabalho, esclarecemos que a espécie animal cujo histórico será estudado é a bovina, sobretudo enquanto criação que visa à produção de carne – atividade que denominamos, por convenção, pecuária de corte.

Os jesuítas de etnia espanhola foram os fundadores da pecuária rio-grandense (PORTO, 1954). O período compreendido entre a vinda do jesuíta Roque Gonzalez e os dias atuais, oferece-nos um amplo campo para análise. Os 4 capítulos iniciais se referem à introdução de gado *vacum* no Brasil, seus modos de difusão, o povoamento bovino no Paraguai e, finalmente, a introdução de bovinos no Rio Grande do Sul, ocorrida por intermédio dos jesuítas a partir de 1629.

Inicialmente utilizados exclusivamente na alimentação dos povoados missionários¹, o gado *vacum* extravasou das estâncias jesuíticas para a metade sul do Estado e também para a República do Uruguai, onde se multiplicou enormemente, originando os grandes rebanhos das

¹ Dante de Laytano (1952) conta-nos que inicialmente o gado foi colocado nos próprios povoados, mas não tardou muito para que os padres fundassem estâncias, que podiam ser vizinhas às reduções ou não; esses estabelecimentos, de configuração comunal, compreendiam enormes extensões de terras, que abrigavam até 100 mil bovinos (LAYTANO, 1952). Apesar da abundância de gado, essas estâncias tinham como único propósito atender a economia dos povoados, pois os jesuítas não almejavam enriquecer materialmente. No século XVIII, surgiram as estâncias luso-brasileiras, propriedades privadas, de carácter comercial – matrizes dos latifúndios. Percebe-se, portanto, que as estâncias jesuíticas eram estabelecimentos completamente diferentes das estâncias fundadas pelos luso-brasileiros posteriormente.

vacarias (capítulo 6), os quais se tornaram selvagens devido à ausência de contato humano. No capítulo 7, tentamos explicar, ainda que brevemente, o sistema econômico das missões jesuíticas.

O gado selvagem, também denominado chimarrão, possibilitou o surgimento da courama, primeira atividade econômica do Rio Grande do Sul (FLORES, 2013) – couro vacum, trigo e erva-mate consistiam nas principais mercadorias de nossa economia incipiente. Naquele tempo, mais se caçavam bovinos do que se criavam.

O capítulo 8 analisa a chamada “época do couro”, período que vai da fundação da Colônia de Sacramento até o término do século XVIII, ou até meados do século XIX, dependendo do autor. Nesse capítulo também abordamos o tropeirismo de gado vacum e muar para o sudeste e centro-oeste do país, fenômeno importante para a integridade nacional.

A sesmária, concessão de terra distribuída no Rio Grande do Sul a partir de 1732, significou o surgimento da estância comercial, que gradualmente passou a criar gado (ao invés de simplesmente caçá-lo), em larga escala, utilizando técnicas racionais de manejo. Esse tipo de estabelecimento é discutido no capítulo 9, o qual está subdividido em 5 partes, que abordam questões relativas ao direito de propriedade, à localização das primeiras sesmarias, às práticas de manejo, às benfeitorias, às primeiras regulamentações em matéria de pecuária, à administração de sal aos animais, à produtividade e, por fim, à mão de obra utilizada.

É interessante notar que a maior parte das práticas de manejo adotadas na bovinocultura dos dias atuais eram inconcebíveis nas estâncias rio-grandenses do período Colonial e Imperial. A simples mineralização do gado, por exemplo, era tarefa difícil para os estancieiros serranos do século XIX, os quais tinham de buscar o sal em Rio Pardo, utilizando mulas ou carretas. No tocante à sanidade animal, especialidade do médico veterinário, até o último quartel do século XIX, não se tinha a compreensão moderna de que a transmissão das doenças infecciosas ocorre pela contração de microrganismos patogênicos, fato que somente veio a ser comprovado após os trabalhos revolucionários de Louis Pasteur (1822-1895) e Robert Koch (1843-1910), fundadores da Bacteriologia (BIER, 1966). Com a teoria dos germes, Pasteur provou a origem microbiológica das infecções em 1878 (BIER, 1966). Obviamente ainda demoraria alguns anos para que as descobertas dessa ciência tivessem aplicação veterinária no Rio Grande do Sul. Na década de 1870, contudo, uma outra inovação europeia, igualmente revolucionária, começou a ser lentamente implementada nas estâncias gaúchas: o aramado. Com efeito, a cerca de arame mudou a paisagem de nossas planícies, dividindo estâncias e subdividindo invernadas. As transformações ocorridas no nosso meio rural após a difusão dessa tecnologia são discutidas no capítulo 10.

Os capítulos 11 e 12 não tratam da criação de gado propriamente dita, e sim de sua indústria (charqueadas, cooperativas e frigoríficos). São capítulos breves, mas necessários para a compreensão do tema em estudo.

O capítulo 13 se refere às pastagens nativas e cultivadas. Nos dias de hoje, sabe-se que mais de 10% das pastagens utilizadas na pecuária gaúcha são artificiais (IBGE, 2007), e que cerca de 8% do campo nativo é melhorado com sobresemeadura de espécies exóticas ou adubação (CARVALHO *et al.*, 2010). No presente trabalho, investigamos os períodos em que as diferentes espécies de plantas exóticas foram introduzidas no nosso Estado, e a partir de quando, efetivamente, essas plantas se difundiram, em larga escala, em nossas fazendas. Além disso, a evolução da área de campo nativo é brevemente analisada.

O advento do aramado permitiu maior controle do rebanho, estimulando sua melhoria genética com o uso de reprodutores superiores. Assim sendo, nos primeiros anos do século XX, várias raças de corte foram introduzidas no Rio Grande do Sul, principalmente a partir do Uruguai (capítulo 14).

No capítulo 15 apresentamos a evolução do rebanho bovino rio-grandense ao longo do tempo – o período de análise começa com as crônicas antigas do século XVII e XVIII, e é encerrado com estatísticas atuais. Alguns períodos de bonança e crise da pecuária gaúcha são explorados. Ademais, o tamanho do rebanho bovino gaúcho é comparado com o de outros estados do Brasil no decorrer do século XX. Por fim, no capítulo 16 analisamos a evolução dos índices de produtividade recentes da pecuária gaúcha, do ano de 1963 até os dias atuais.

2 A INTRODUÇÃO DE GADO BOVINO NO BRASIL

O uso da terra pelos índios, no período anterior à chegada dos navegadores ibéricos, é descrito pela primeira vez na famosa carta do escrivão Pero Vaz de Caminha, datada de 1º de maio de 1500²:

Eles não lavram, nem criam. Não há aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem qualquer outra alimária, que costumada seja ao viver dos homens. Nem comem senão desse inhame, que aqui há muito, e dessa semente e frutos, que a terra e as árvores de si lançam. E com isto andam tais e tão rijos e tão nédios, que o não somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos. (CAMINHA, 1500, p.12).

Martim Afonso de Sousa, nobre português, foi o primeiro donatário da Capitania de São Vicente (São Paulo) em 1533. Um ano depois, ao ser nomeado Capitão-Mor do Mar para as Índias, ficou encarregado de proteger os domínios portugueses no Oriente. Não querendo abandonar sua rica capitania, designou uma procuração a sua esposa, dona Ana Pimentel, para os negócios relativos ao Brasil. Martim Afonso ordenou, por intermédio de sua esposa, a vinda dos primeiros bovinos e equinos ao Brasil, que foram trazidos de Cabo Verde em 1534. A data precisa da introdução do gado é ainda desconhecida, mas segundo Carlos Dias, a procuração é datada de 3 e 6 de março de 1534 (PORTO, 1954). A pecuária bovina existente em Cabo Verde tinha origem na província de Trás-os-Montes, em Portugal. Os animais eram de duplo propósito (carne e leite), rústicos, de tamanho grande e possuíam pelo geralmente fosco ou vermelho queimado (ASSUNÇÃO, 2007).

Esse primeiro lote de gado *vacum* se propagou até Piratininga (CESAR, 1979) e Santo André (SP), onde se multiplicou enormemente. Pero de Magalhães Gandavo (2008, p. 14) relatou, em obra publicada em 1576, o sucesso obtido pelos bovinos na sua adaptação às novas terras: “E assim há também grande cópia de gado que da mesma ilha [do Cabo Verde] foi levado a estas partes, principalmente do *vacum* há muita abundância, o qual pelos pastos serem muitos, vai sempre em grande crescimento”.

² Sobre a introdução de bovinos nas Américas Central e do Norte: Em 1493, o almirante Cristóvão Colombo desembarcou no Novo Mundo pela segunda vez. A expedição, que contava com frota de 17 navios e 1500 colonizadores, trouxe diversas espécies de sementes e plantas, além de vários animais domésticos outrora inexistentes na América, tais como porcos, caprinos, bovinos e aves. Os animais se multiplicaram, e, em 1520, já se contabilizavam 8000 bovinos na América Central (BOURNE, 1962). Nas Ilhas de Santo Domingo, Cuba, Porto Rico, Terra Firme e Nova Espanha (México) o gado se tornou chimarrão e era comum a caça desse gado utilizando práticas similares àquelas adotadas nas vacarias platinas. Esse gado espalhou-se para o norte, chegando, em 1539, no atual território do Texas nos Estados Unidos. Este gado, porém, não chegou a descer à América Meridional.

Em 1535, Duarte Coelho trouxe a segunda carga de gado bovino vinda do Velho Mundo, desta vez aportando na Capitania de Pernambuco (MARQUES, 1987). Igualmente do Cabo Verde, chegaram as primeiras reses à Bahia. É famoso o testemunho de Gabriel Soares, em seu *Tratado Descritivo do Brasil*, que além de noticiar a origem das primeiras reses baianas, descreve, provavelmente com exagero, a incrível eficiência reprodutiva dos animais. Os escritos são datados de 1587:

As primeiras vacas que foram à Bahia levaram-nas de Cabo Verde e depois de Pernambuco, as quais se dão de feição que parem cada ano e não deixam nunca de parir por velhas; as novilhas, como são de ano, esperam o touro, e aos dois anos vêm paridas, pelo que acontece muitas vezes mamar o bezerro na novilha e a novilha na vaca. (MARQUES, 1987, p. 142).

A primeira fase da criação bovina, em larga escala, ocorreu no nordeste e sudeste do Brasil. Surgiu em razão dos engenhos de açúcar, pois os animais eram utilizados para movimentar as máquinas, transportar as mercadorias e ainda serviam como alimento aos trabalhadores. Nesses estabelecimentos, o número de cabeças bovinas necessárias era, talvez, em quantidade igual ao de escravos utilizados (SIMONSEN, 2005).

O Rio Grande do Sul, por sua vez, era terra-de-ninguém. Permanecia habitado tão somente por alguns milhares de índios, que, isolados, não conheciam nenhuma espécie de gado. Esse cenário só começa a mudar a partir da vinda do jesuíta Roque Gonzalez em 1626. A importância histórica desse evento é descrita com primazia pelo historiador Décio Freitas (1982, p. 14):

No ano de 1626, o território que então se chamava Rio Grande de São Pedro emergiu subitamente da pré-história para entrar na história. Desde tempos remotos havia homens nesse território, mas sua existência permanecia ao obscuro domínio da pré-história. Não dispomos senão de algumas indicações, mais ou menos vagas, da antropologia, da etnografia e da linguística, fontes de restrito valor para a história. O ingresso do território na história ocorreu quando, naquele ano, o jesuíta Roque Gonzalez de Santa Cruz, nascido de espanhóis na cidade de Assunção, 56 anos antes, atravessou o rio Uruguai para fundar, na margem oriental, reduções de índios guaranis.

3 SOBRE OS MODOS DE DIFUSÃO DOS BOVINOS

É mister considerar-se, para melhor compreensão da história do povoamento bovino na América do Sul, as forças que atraem e repelem o gado. Quem melhor escreveu sobre o assunto foi o historiador Arnaldo Bruxel, em seu livro publicado em 1960, intitulado *O Gado na Antiga Banda Oriental do Uruguai*. A difusão do gado em uma determinada região geográfica pode ocorrer de forma natural ou forçada. O que geralmente ocorria primeiro, era a difusão forçada pela mão do homem, que precisava conduzir rebanhos de seus povoados de origem para a fundação de novos povoados ou estâncias (ASSUNÇÃO, 2007). Como não havia cerca de arame, as estâncias eram fundadas em locais onde existiam obstáculos naturais, tais como arroios, rios e banhados. Entretanto, era comum que alguns animais escapassem, deslocando-se espontaneamente para outros pagos, seja por necessidade (devido a secas, ataques indígenas, incêndios, etc.) ou por algum instinto animal. Até o fim do século XVII faltavam braços, pois não havia mais de 300 mil pessoas em todo território brasileiro; no Rio Grande, de povoação tardia quando comparado ao norte do país, esse problema era ainda mais nítido. Quando alguns bovinos escapavam para pastagens vizinhas, dificilmente os peões conseguiam reavê-los; eles então tornavam-se alçados, chimarrões. Quando isso ocorria, eles ficavam livres para se locomover obedecendo unicamente seus instintos naturais, percorrendo longos trajetos. É por isso que o referido autor afirma que as ilhas, como as que existem no rio Paraná, eram as estâncias ideais, pois impediam a fuga dos bovinos. Entre os fatores naturais que atraem o gado para determinada região, Arnaldo Bruxel (1960) elencou:

- 1) O alimento (pastagens de qualidade em abundância)
- 2) A água
- 3) O instinto reprodutivo
- 4) O instinto gregário
- 5) A querência (lugar conhecido, de nascimento ou cria)
- 6) Os abrigos naturais
- 7) O clima
- 8) A salinidade dos campos e da água (este pode ser fator de repulsa quando em excesso ou em carência)

Arnaldo Bruxel (1960) também classificou em dois grupos distintos os fatores que motivam a repulsa dos bovinos silvestres de um determinado lugar. No primeiro grupo encontram-se os fatores negativos carenciais, ou seja, a ausência dos já mencionados atrativos naturais. No segundo grupo estão os fatores negativos presenciais, que repelem o gado na sua difusão espontânea. A saber:

- 1) Animais (insetos e carnívoros predadores)
- 2) Homens (caçadores)
- 3) Fenômenos naturais (chuvas, ventos, inundações, secas e extremos de temperatura)

4 ASSUNÇÃO: SEMEADORA DE GADO

Da capitania de São Vicente, gado vacum foi levado clandestinamente a Assunção. Evento fundamental para a história econômica de todo sul da América, pois até então inexistiam bovinos no Paraguai, e de lá o gado propagou-se para a Argentina, Uruguai e também para o Estado do Rio Grande do Sul. O gado vicentino foi, como bem disse um de nossos historiadores, “o tronco histórico” (LAYTANO, 1952), pois além de constituir o primeiro plantel de gado bovino que se multiplicou e se espalhou para o norte, originou um núcleo de irradiação no sul. A povoação ganadeira em Assunção envolve uma famosa história que vale lembrar pela importância econômica que teve à América Meridional.

Foram sete os personagens principais: Juan Salazar de Espiñosa, Domingo Martínez de Irala, Melgarejo, os irmãos Góes, o peão Gaete e dona Mencia Calderón. O Salazar, então capitão das forças espanholas, funda Assunção em 15 de agosto de 1537, onde estabeleceu um forte. A cidade prosperou, pois passou a ter grande importância na defesa das minas de Potosí, na atual Bolívia. Posteriormente, outro militar espanhol, Irala, foi nomeado governador interino do Rio da Prata e do Paraguai, cuja sede de governo passou a ser em Assunção. Naquela época, Irala tinha dado ordens para a formação de uma expedição exploradora às terras recém-descobertas, comandada por Juan de Sanabria. Por força do destino, Sanabria acabou morrendo precocemente, e a expedição passou a ser comandada pela viúva, dona Mencia Calderón – senhora corajosa vinda da Espanha. Após desavenças com Irala, Salazar foi expulso de Assunção, cidade que fundara, e passou a fazer parte da expedição de dona Mencia, sendo o segundo no comando. Depois de longa viagem costeando o litoral do Brasil, para desgraça dos tripulantes, o navio naufragou próximo à Laguna, salvando-se aqueles que conseguiram chegar à costa. Naquele local, os naufragos fundaram São Francisco por volta do ano de 1553.

Na costa brasileira, houve discórdia entre Salazar e sua chefe, que acabou destituindo-o do cargo. Assim sendo, partiu para São Vicente, onde encontrou-se com um amigo, Ruy Díaz Melgarejo. Melgarejo era um jovem audacioso que também tinha sido deportado de Assunção por fazer oposição ao governo de Irala. Juntos, os dois planejaram voltar a Assunção, e mais importante, introduzir gado e ferro naquela região (ASSUNÇÃO, 2007).

Em São Vicente, Salazar manteve influência e amizades. Fez grande propaganda de sua terra, Assunção, estimulando muitos habitantes da vila de Martim Afonso a emigrarem para a cidade. Algum tempo depois, o capitão desejou retornar a sua estimada Assunção, peticionando a intenção às autoridades locais. Salazar manifestou sua intenção em uma carta ao Conselho

Real das Índias, datada de 20 de julho de 1553. Para sua tristeza, o pedido lhe é negado pois o governo português, segundo Aurélio Porto (1954, p. 253), “proibia a saída, das povoações portuguesas, de quaisquer estrangeiros que a ela aportassem, o que só se daria mediante expressa determinação real, que deveria vir da Corte”. Essa restrição radical, por parte da Coroa lusitana, do livre trânsito de estrangeiros e de seus animais, derivava da forte rivalidade hispânico-portuguesa, pois os semoventes consistiam em fonte de progresso que os portugueses não almejavam compartilhar (CONI, 2011).

Entre os personagens que se relacionaram com Espiñosa em São Vicente, estavam os irmãos Cipião e Vicente Góes, descendentes de uma nobre linhagem da Casa Real portuguesa. Eram sobrinhos do fidalgo Pedro Góes, pecuarista e proprietário do engenho Madre de Deus. Pedro foi designado pelo rei de Portugal a um cargo na Capitania de São Tomé; com isso, deixou suas posses sob responsabilidade de seu irmão, Luís, que, por sua vez, era pai de Cipião e Vicente. Certamente o gado bovino da família era proveniente das primeiras reses introduzidas no Brasil em 1534 (ASSUNÇÃO, 2007).

Salazar e Melgarejo tentam convencer os irmãos a irem para Assunção, apesar da proibição por parte do governo português. Ambiciosos por riqueza, os irmãos aceitaram a empreitada. A história também conta que talvez houvesse uma motivação oculta. A mulher de Cipião teria tido um caso de amor extraconjugal com o jovem Melgarejo e ela teria sido a responsável por convencer seu marido a abandonar seu engenho e suas terras para emigrar para Assunção; era o suficiente para Cipião convencer seu irmão.

Partem de São Vicente em maio de 1555, fazendo parte da comitiva capitaneada por Salazar – além dos já citados – sua esposa, dona Elvira de Contreras com suas duas filhas, outras 3 mulheres casadas, alguns índios tupis servindo de serviçais, bem como 10 soldados espanhóis e 6 recrutas portugueses de escolta particular.

Levaram consigo, segundo a Tradição, 7 vacas e 1 touro, propriedade dos irmãos Góes (LAYTANO, 1952). As vacas eram, segundo consta na bibliografia, da raça Andaluza e Ibérica de Sansón (MENDOZA, 1928). Horacio Giberti (1970) afirma que o touro era holandês. No decorrer da fadigosa viagem, os animais ficaram sob os cuidados do peão chamado Gaete, e por isso a tradição refere-se ao episódio como “as 7 vacas de Gaete”. Já no início do percurso, ao passar por uma aldeia de tupis batizados, os viajantes correram risco de vida, pois as autoridades portuguesas haviam dado ordens para interrompê-los a todo custo, executando-os caso necessário. Com o auxílio do padre Manuel de Nóbrega (amigo dos irmãos Góes), passaram ilesos e seguiram jornada a oeste, chegando em Assunção após 5 longos meses de viagem (PORTO, 1954). Como recompensa, relata-se que Gaete recebeu uma vaca, enorme galardão

para a época (GIBERTI, 1970). A partir dessa história, surgiu naquela terra o provérbio: “*son más caras que las vacas de Gaete*” (GUZMAN, 1986).

Prudencio Medoza caracterizou os animais:

Sua pelagem é muito variada: vermelho claro, tostado e escuro, pouco leiteiro, mas bom para a produção de carne”. E agrega: “Desta raça se deriva o vacum crioulo ou raça primitiva indígena que adquiriu condições superiores em seus caracteres zootécnicos, conformação e aptidões à andaluza. As condições mesológicas favoreceram a formação de variedades da raça bovina crioula nos territórios rio-platenses, podendo-se dizer que constituem raças aperfeiçoadas com relação à sua primitiva origem (PORTO, 1954, p. 284).

Embora a Tradição, contada na famosa obra *La Argentina* de Ruy Díaz de Guzmán, afirme que a expedição de Salazar levava apenas sete vacas e um touro, são vários os historiadores modernos que apontam o teor lendário dessa história. Não colocam, todavia, em dúvida a credibilidade de Guzmán, pois certamente esse famoso episódio foi-lhe transmitido oralmente. Aurélio Porto, Arnaldo Bruxel e Fernando O. Assunção concordam que, seguramente, algumas dezenas de gado foram levadas por terra a Assunção, pois não seria possível que um plantel de apenas 7 vacas originasse as milhares de cabeças existentes na década seguinte – números relatados por diversos cronistas da época.

É correto ressaltar que remessas de gado vacum chegaram em Assunção vindas do Peru, mas isso se deu apenas em 1569. Isso leva ao questionamento: *qual o número de cabeças atingível de 1555 a 1569 por 7 vacas e 1 touro?* O general Ptolomeu de Assis Brasil calculou, a pedido de Aurélio Porto, o resultado dessa procriação. Levando em conta as condições de criação da época, Gen. Assis Brasil chegou ao número máximo de 450 cabeças entre machos e fêmeas. Número insuficiente, pois como já foi dito, havia milhares de reses em Assunção em 1569. Os autores modernos também lembram que os irmãos Góes eram ricos proprietários, e certamente não iriam emigrar definitivamente para outro país levando tão reduzido número de vacas, valiosíssimas na época, e apenas um touro, que caso não resistisse à longa viagem, sepultaria os planos de riqueza a partir da proliferação do gado.

Nos anos seguintes novas introduções de bovinos foram feitas no Paraguai a partir do Chile e da Bolívia.

5 A DIÁSPORA DO GADO ASSUNCENHO

O general Juan de Garay fundou, na Argentina, a cidade de Santa Fé em 1573. Naquela região introduziu gado cavalari e vacum provenientes de Assunção. Não se sabe ao certo o número de bovinos levados à Santa Fé naquele ano, mas Emilio Coni (2011) afirma, em sua *Historia de las vaquerías de Río de la Plata*, que em 1627 havia 100.000 cabeças na região, donde pode-se estimar que o casco inicial era grande. Em 1580, o comandante espanhol levou 1000 equinos e 500 bovinos, desta vez à Buenos Aires (GIBERTI, 1970). Esse gado procriou-se povoando as estâncias de Buenos Aires, cuja descendência, em grande parte, escapou para o campo aberto, originando uma vacaria de gado bravo naquele território.

Antes dos luso-brasileiros colonizarem o Rio Grande de São Pedro, a antiga “Banda Oriental do Uruguai” era um vasto espaço geográfico, que compreendia a atual República do Uruguai e o atual Estado do Rio Grande do Sul (BRUXEL, 1960). Como não há obstáculos físicos entre os dois territórios, surge a questão a respeito de qual região foi povoada com *grandes* quantidades de bovinos primeiramente.

Simões Lopes Neto (1955, p. 87) escreveu em *Terra Gaúcha* que, após o povoamento bovino no Uruguai, “foi incontestável a multiplicação dos rebanhos – *chucros* – que discurriam pelas amplas campanhas sulinas”. Entretanto, essa visão foi revista pelos historiadores – em especial, por Aurélio Porto. Em verdade, provavelmente assim se sucederam os fatos:

1) Pequena quantidade de gado é introduzida no Uruguai por ordem do governador de Buenos Aires, o assuncenho Hernando Arias de Saavedra, alcunhado *Hernandarias*. Cem animais, descendentes daqueles que se disseminaram no território argentino, foram transportados junto à foz do Rio Negro (afluente do rio Uruguai) (FLORES, 2013). A primeira leva foi colocada na ilha de Viscaíno em 1611; a segunda no local chamado Terra Firme de São Gabriel, em 1617 (ASSUNÇÃO, 2007).

2) Para solenizar sua fundação, a redução³ São Francisco Xavier (Porto Xavier – RS) recebe em 1629 “uma dúzia de vaquinhas para matar e dar-lhes carne”, trazidas de uma missão do Paraná por ordem do Provincial Vásquez Trujillo (PORTO, 1954). É possível que

³ Moacyr Flores ensina-nos que a palavra *missão* significava a ação de evangelizar os índios – ao fazer isso, os padres atraíam os índios e, pacificamente, os confinavam em povoados, *reduzindo* seu território e espaço de ação. Daí a palavra *redução*, que significava povoado. (FLORES, 2013).

outras introduções com finalidades similares tenham ocorrido, pois em 1633 o padre Cataldino encontra algumas reses na redução de São José (PORTO, 1954).

3) Em 1634, ocorre introdução de bovinos em larga escala – entre 1.500 e 3.000 cabeças – nos povoados do Tapê, comprados de Manuel Cabral Alpoim, em Corrientes, pelo jesuíta Cristóbal de Mendoza, que cumpria ordens do Superior das reduções, Pe. Pedro Romero (PORTO, 1954, p. 271).

4) Após a vinda dos bandeirantes paulistas ao norte do Rio Grande em 1636, grande quantidade de gado migra para o sul do Estado, e também para o sudeste do Uruguai, originando a Vacaria do Mar. No Uruguai, a grande reserva de gado existente em seu território ficou conhecida por “*Vaquería de la Mar de los Castillos*”.

É preciso distinguir as introduções de bovinos em pequenas quantidades (para consumo ou para leite), ocorridas até 1634, e praticamente simbólicas na História, daquelas que de fato possibilitaram o surgimento dos abundantes rebanhos da Pampa sulina. Seguindo essa linha de raciocínio, o autor de *História das Missões Orientais* afirmou: “Lícito é afirmar que a origem de toda riqueza pecuária do Estado Oriental do Uruguai e do Rio Grande do Sul encontra-se no gado que os Jesuítas introduziram nas reduções. São eles os fundadores da nossa economia rural.” (PORTO, 1954, p. 269).

Fernando Assunção (2007, p. 80) possui o mesmo entendimento ao concluir que é proveniente da vacaria correntina o gado que “formou o rodeio do território oriental do Uruguai, hoje República Oriental, e o estado brasileiro do Rio Grande do Sul”.

Foi, portanto, aproximadamente um século depois da chegada dos primeiros bovinos na Capitania de São Vicente, por ordem de Martim Afonso de Sousa, que o Rio Grande de São Pedro – por ele batizado, em 1532, diga-se de passagem – finalmente é povoado com gado vacum, tendo Assunção papel fundamental pois foi “*difusora de ganados y matriz creadora de la que habría de ser la mayor riqueza del Plata y la causa misma de su definición social, cultural y hasta geopolítica, la que explica la formación de los estados platenses*” (ASSUNÇÃO, 2007, p. 72).

Os cavalos vieram da Argentina, trazidos de Assunção e Corrientes pelos jesuítas. O gado ovelhum trazido ao Rio Grande também era de origem assuncenha, após essa cidade ter recebido rebanhos do Peru (LAYTANO, 1952).

6 AS VACARIAS

6.1 VACARIA DO MAR

As reduções do Tapê consistiam em uma série de povoados guaranis estabelecidos no Rio Grande do Sul entre o rio Uruguai e as serras do Mar e Geral. Começaram a ser fundados a partir de 1626, pelo padre Roque Gonzales e outros jesuítas, que desceram ao sul após intensos ataques dos bandeirantes no Paraguai.

O jesuíta Cristóbal Mendoza, sob ordens do Pe. Romero, foi o primeiro a introduzir gado vacum em larga escala no Rio Grande de São Pedro no ano de 1634. Aurélio Porto, baseado em documentos antigos, conta-nos que foram comprados entre 1.500 e 3.000 bovinos em Corrientes, os quais foram divididos em grupos contendo 99 animais, sendo então distribuídos em cada uma das reduções do Uruguai e do Tapê. Posteriormente, algumas das reduções receberam quantidades maiores de gado.

Nos anos anteriores à introdução dos bovinos, os índios catequisados passaram por grande fome, pois deixaram de exercer, em grande parte, a caça e coleta para se dedicarem à agricultura. Não lograram êxito nas colheitas devido à pragas e estiagens. Foi a urgência de cessar a terrível fome dos neófitos que levou o Pe. Cristóbal a trazer o gado vacum, cuja carne acabou se tornando a garantia de subsistência dos povoados nos anos seguintes.

Para o infortúnio dos índios das reduções rio-grandenses, os bandeirantes paulistas, que atacaram no Paraguai, voltam a atormentá-los em 1636, tornando-se famosa a bandeira comandada por Raposo Tavares. Naquela época a Holanda obteve o domínio de Angola, e com isso, o tráfico negreiro ao Brasil foi interrompido; fato que motivou os gananciosos a apresarem indígenas, que além de substituírem os escravos africanos, também eram capazes de trabalhos especializados (p. ex. pedreiros, marceneiros e ferreiros), pois tinham sido instruídos pelos jesuítas. Como os índios não possuíam armas de fogo para se defender (obtiveram permissão das autoridades espanholas apenas em 1640), houve terror e destruição nas reduções⁴. Importante frisar que esses mercadores de escravos indígenas não possuíam a intenção de

⁴ Com o fim da União Ibérica, em 1640, Portugal foi restaurado e o tratado de Tordesilhas passou a ter validade. Com isso, cessaram as incursões das bandeiras luso-brasileiras nas Missões pois era preciso respeitar o território pertencente ao rei da Espanha (FLORES, 2013).

fixarem-se na terra. De passagem, seu único objetivo no Rio Grande era o apresamento dos nativos.

Com essas investidas violentas, que se estenderam até 1641⁵ (MARQUES, 1992), os padres começaram a levar o gado para locais abrigados, protegidos por acidentes naturais e desconhecidos dos paulistas. Além disso, muitos animais também teriam migrado naturalmente para o sul, “baixando ao mar”. Assim, surgiu a primeira das “Vacarias” em 1637 (PORTO, 1954). Visto que os padres procuraram manter esses locais em segredo, fizeram poucas anotações descrevendo-os. Nas *Notícias utilíssimas à coroa de Portugal e suas conquistas*, documento datado de 1695, relata-se local denominado Vacaria, “pelo gado amontoado que aqui há”.

O bioma Pampa, rico em pastagens naturais de alta qualidade e em quantidades ilimitadas naquelas circunstâncias, juntamente com os abundantes depósitos naturais de água doce presentes em seu território, proporcionaram as condições necessárias para a rápida proliferação do gado, que se espalhava nos campos de modo espontâneo. Naquela época não havia aramados, o gado pastava a esmo e era abatido apenas para alimentar os índios que habitavam as reduções. Vários rebanhos ficaram isolados do contato humano, e por isso retornaram ao estado selvagem.

Houve duas vacarias no Rio Grande do Sul. A primeira, que ficou conhecida como “Vacaria do Mar”, situava-se em parte no Rio Grande do Sul, ao sul do rio Jacuí, e em parte no Uruguai, em todo o leste de Maldonado, no sul de Trinta e Três e no território do atual departamento de Rocha (PERDOMO, 2012). A outra, mais tardia, foi chamada de “Vacaria dos Pinhais”. Situada no nordeste do Rio Grande, nos Campos de Cima da Serra, onde havia vastas pastagens rodeadas por Araucárias, formava uma faixa de três a cinco léguas de largo (TESCHAUER, 2002). Mas vejamos, primeiramente, o destino dos rebanhos da Vacaria do Mar.

Além dos bovinos introduzidos pelos padres da Companhia de Jesus nas Missões, os índios charruas e minuanos – não catequizados – trouxeram muito gado ao lado oriental do rio Uruguai, para próximo de suas aldeias. Durante 40 anos a Vacaria do Mar foi protegida de estrangeiros, permanecendo desconhecida aos castelhanos de Buenos Aires e Santa Fé, e também aos luso-brasileiros do Norte. Mas a partir do último quartel do século XVII, a riqueza

⁵ Com as bandeiras de apresamento, os índios guaranis emigraram do território rio-grandense (encontravam-se nas bacias do Ibicuí e Jacuí), e foram se estabelecer no atual território do Paraguai. Cinquenta anos mais tarde eles serão forçados a retornar à margem esquerda do rio Uruguai, momento em que os padres jesuítas fundam os “Sete Povos”.

pastoril foi sendo revelada, culminando com a vinda dos portugueses ao extremo-sul – atraídos pelas referidas riquezas–, onde fundaram a Colônia do Santíssimo Sacramento em 1680. Instalados na margem esquerda do rio da Prata, os portugueses, auxiliados pelos índios charruas (ASSUNÇÃO, 2007), prontamente começaram a abater o gado vacuum para obtenção de couro e sebo. Somaram-se a eles os argentinos, pois naquela época ocorreu o esgotamento das vacarias portenha e entrerriense (ASSUNÇÃO, 2007). É o início da primeira atividade econômica do Rio Grande do Sul e do Uruguai, a courama (*Registro de atos oficiais no presídio de Rio Grande 1737 – 1753*).

Relativamente ao período em análise, Aurélio Porto assim se pronunciou: “Portugueses, espanhóis, gaudérios e índios campeiros, iniciavam esse largo processo histórico do povoamento do Sul, sobre as bases fundamentais da geografia do gado que lhes impunha os imperativos de uma civilização incipiente (PORTO, 1954, p. 240).”

Figura 1 - Localização aproximada da grande Vacaria do Mar no Rio Grande do Sul. Essa vacaria também se



estendia para o território uruguaio.

Fonte: UFRGS, 2015, p. 1

É incerta a quantidade exata de animais que existiam na Vacaria do Mar. O Pe. Simão de Vasconcellos afirmou, em 1663, que existiam milhões de bovinos no Rio Grande do Sul. Em um documento do início do século XVIII, há um relato de que havia mais de 4 milhões de bovinos na antiga Banda Oriental, isto é, nos atuais territórios do Uruguai e Rio Grande do Sul (CONI, 2011). Quanto às vacarias argentinas, está documentado que existiam milhões de cabeças de gado nas regiões de Buenos Aires e Santa Fé (PORTO, 1954). O principal papel dos índios missioneiros – sempre supervisionados pelos jesuítas –, era guarnecer esses rebanhos das arreadas e dos tigres (VELLINHO, 2005, p. 111). Além disso, costumavam se instalar temporariamente em algumas das estâncias – armavam barracas de couro improvisadas e

permaneciam em cada uma delas durante os meses necessários para as lidas. Traziam os animais a *rodeio*, local onde o gado era arrebanhado. No rodeio curavam as bicheiras dos terneiros doentes e faziam os apertes dos animais que teriam uso doméstico (TESCHAUER, 2002). Não costumavam ministrar sal, regularmente, ao gado. Sobre isso, Alvarino Marques (1990, p. 85-86) afirmou: “mesmo para os índios das reduções, o sal só era dado por ocasião de grandes festas. O sal era escasso e difícil de trazer do estrangeiro, principalmente para quem vivia longe dos portos”.

Naquele tempo, os habitantes da Banda Oriental e da Argentina matavam os bovinos somente pelo couro, língua, sebo e alguma posta de filé. A carne era extremamente desvalorizada – “o couro chegou a valer quatro vezes o preço do gado em pé” (REVERBEL, 1996, p. 78). Vigorava uma pecuária puramente “extrativista”, a qual – parafraseado João Neves da Fontoura – “avizinhava-se mais da exploração das minas, quase sempre lotérica, do que do longo e paciente amanhã agrícola; tratando-se de uma deficiência cultural, originária talvez das preocupações mercantis dos nossos primeiros colonizadores” (PASTOUS, 1960, p.14).

Dava-se a alcunha de “changadores” aos contrabandistas que caçavam gado alçado ou manso, em campo aberto, para a retirada do couro. O nome vem da palavra *changada* (jangada), balsa que utilizavam para transportar as peles. Esse ofício era considerado contrabando, pois o couro dos bovinos, quer mansos quer chimarrões, burlava o fisco espanhol ou português. Por conta de seus constantes saques, que não se limitavam ao gado, os changadores atormentavam as autoridades de ambas nações. Em 16 de dezembro de 1769, o governador do Rio Grande de São Pedro, José Marcelino de Figueiredo, protestava: “se vê neste Continente com tanto prejuízo dos moradores dele infestado de ladrões facinorosos, matadores, desertores e índios dispersos por todas as partes desta província” (KUHN, 2007, p.2). Nas matanças, os changadores habilmente cortavam os jarretes das reses utilizando uma espécie de lança, que em verdade era uma taquara com uma afiada lâmina em meia-lua presa em sua extremidade. Em seguida, sangravam os animais já caídos, e retiravam os couros, os sebos e as línguas. Como já foi dito, a carne era pouco aproveitada, pois a demanda era reduzida. O charque produzido pelos changadores, jesuítas e outros habitantes era produto caseiro, tendo pouca intenção comercial nessa época (MARQUES, 1990).

Os “accioneros” de Buenos Aires e Santa Fé, formavam um grupo social que preava o gado com permissão das autoridades espanholas. Segundo Pe. Teschauer, foram eles os principais responsáveis pelo rápido declínio da Vacaria do Mar, ocorrido a partir de 1720, e também pelo seu completo esgotamento em 1739 (FLORES, 2013) ou 1743 (CONI, 2011). A propósito desse episódio, o autor de *História do Rio Grande do Sul dos Dois Primeiros Séculos*,

conta que um vizinho solicitou licença aos povos missioneiros para tirar 30 mil vacas, sendo atendido por se tratar de vizinho benemérito pelos serviços prestados aos guaranis. Esse fato estimulou outros a fazerem o mesmo tipo de solicitação, que lhes foi negada para não dizimar os rebanhos. Com isso, vários pleitos e demandas se armaram, alegando que se tratava de gado criado na terra do Rei da Espanha, e que, portanto, o governador de Buenos Aires tinha autoridade sobre os semoventes, podendo retirá-los de lá caso bem entendesse. Pe. Cardiel sintetizou:

“A sentença dos juízes foi contrária às reduções, e o governador concedeu faculdade a quantos quisessem tirar vacas: o que fez com tanta precipitação e desordem que em poucos anos não mais existia a Vacaria do Mar.” (TESCHAUER, 2002, p. 49).

6.2 VACARIA DOS PINHAIS

Ainda antes do esgotamento completo da Vacaria do Mar, os jesuítas espanhóis perceberam que o abastecimento de carne para as reduções logo estaria arruinado, colocando em risco o futuro daqueles povos. Então resolveram povoar outros campos com gado vacum, desta vez em locais menos acessíveis aos contrabandistas luso-brasileiros e em local distante o suficiente para que não pudessem, os espanhóis, alegar direito sobre as terras e os animais. Arrebanhar o gado chimarrão que se escondia no mato não era tarefa fácil; para isso, os índios levavam um pequeno número de vacas mansas para o alto de uma coxilha, às vistas dos animais escondidos, atraindo-os. Levaram milhares de cabeças aos Campos de Cima da Serra, noroeste do Rio Grande do Sul, fundando a já referida Vacaria dos Pinhais, topônimo que perdura no Estado. Segundo Pe. Teschauer, naquelas pastagens rodeadas por araucárias foram colocadas em torno de 80 mil cabeças e ficou estabelecido pelos padres “que não se tocasse nessa inverno por oito anos. Com essa providência, segundo experiências feitas em outras ocasiões, calculava-se chegar a 400 ou 500 mil reses, podendo, pois, começar-se a prover todos os povos, sem o consumo das vacas” (TESCHAUER, 2002, p. 48).

Em 2012, o historiador uruguaio Jesús E. Perdomo descobriu documentos datados do século XVIII, até então desconhecidos dos historiadores. Jesús Perdomo conta-nos, baseado nesses documentos, que na primavera de 1705, os padres jesuítas, com a ajuda de 1000 índios catequisados, arrebanharam o gado da Vacaria do Mar existente no Uruguai, formando 14 tropas de 30.000 animais cada no Sul daquele país. Essas tropas foram distribuídas em vários

dos povos, sendo que três deles – Yapeyú, La Cruz e Concepción – receberam duas tropas cada. Os animais que restassem seriam utilizados para formar a Vacaria dos Pinhais (talvez correspondendo aos 80.000 assinalados por Teschauer). O mais interessante dessa história, todavia, é o fato de que as 14 tropas reunidas corresponderam ao colossal número de 420.000 cabeças, ou seja, a maior tropeada da história mundial, superando até mesmo aquelas que viriam a existir no Texas na década de 1860.

A Vacaria do nordeste foi estabelecida com sucesso, mas nunca chegou a ultrapassar a Vacaria do Mar, seja em quantidade de reses produzidas, seja em importância econômica (CESAR, 2005). Além disso, quando os luso-brasileiros de Laguna descobriram essa reserva de animais mansos, segundo conta Pe. Cardiel, “em pouco tempo acabaram com as vacas, matando-as somente pelo couro, graxa e sebo” (PORTO, 1954, p. 319), e, já em 1731, o jesuíta ficou sabendo que seus irmãos de fé cogitavam abrir “uma nova vacaria, que estivesse segura e livre dos assaltos de espanhóis e portugueses” (CESAR, 2005, p. 40). Para essa última tentativa escolheram repovoar a estância de Yapeyú, um terreno de dez léguas quadradas (435.600 hectares) ao sul do rio Ibicuí, para onde foram tangidos 40 mil bovinos, que deveriam se multiplicar a 200 mil alimárias em 8 anos (TESCHAUER, 2002). O plano foi iniciado, mas começou a ruir com a Guerra Guaranítica, desencadeada em razão do Tratado de Madrid (1750), e desintegrou-se totalmente com a expulsão da Companhia de Jesus em 1768 (CESAR, 2005).

7 O SISTEMA ECONÔMICO DAS MISSÕES

Há debate em relação à caracterização do sistema econômico das primeiras estâncias missioneiras. Não sendo esse o ponto central do presente estudo, limitar-nos-emos a breves comentários. A existência de propriedades comunais levou um autor a dizer que nas Missões vigorava o sistema comunista anterior à Marx (LUGON, 1968). É preciso ter cautela.

Quem melhor escreveu sobre o assunto foi o já citado Pe. Carlos Teschauer (2002). O historiador conta-nos que em cada redução existia uma propriedade comunal, a *tupambaé* (Tupã – Deus; mbaé – coisa, propriedade), na qual os catecúmenos trabalhavam nas segundas-feiras e nos sábados cultivando plantas e criando bovinos em grandes extensões de terra. Noutros dias da semana eles trabalham em suas próprias chácaras, chamadas *abambaé* (aba – índio; mbaé – coisa, propriedade), nas quais o alimento produzido lá permanecia para o sustento de suas famílias. Todavia – assim como nos dias de hoje – eram comuns estiagens e pestes, as quais frustravam as colheitas das chácaras, comprometendo as reservas anuais de alimento. Para o socorro das famílias indígenas que se tornavam carentes, existiam os alimentos produzidos nas terras comunais.

O impasse reside no fato de que inexistem provas concretas de que os índios possuíssem bens imóveis individuais com domínio direto. Geralmente cada família possuía somente o usufruto de sua chacara, não ocorrendo a natural sucessão dos bens para seus descendentes. Elucida-se, porém, que isso ocorria não por abuso das autoridades jesuíticas, mas simplesmente porque os herdeiros em potencial não tinham interesse em reivindicar esse direito.

Para compreender com clareza o que foi mencionado, pois é normal que cause estranheza, é preciso entender as complexas peculiaridades culturais e econômicas existentes naquela sociedade primitiva. As casas construídas nas chácaras eram precárias, os campos eram abundantes e passados alguns anos os índios mudavam suas plantações de lugar após o esgotamento da terra. Ter-se-á real noção da abundância de terras sem dono e de preço ínfimo na região do Prata, ao apreciar impressionante trecho de uma crônica da época. Segundo escreveu Trelles, o morador Augusto de Salazar vendeu em Buenos Aires “um pedaço de terra de quinhentas varas de frente e uma légua de fundo e mais um solar e uma quadra e uma chacara e uma estância e um horto”, por “uma capa meio usada, uns calções, casaco e colete”, dando-se “por bem contente e pago” (TESCHAUER, 2002, p. 66).

Em entrevista à TV Senado, o historiador da UnB Marcos Magalhães Aguiar (2014) lembra de outro elemento que derruba a tese do comunismo missioneiro: “As instâncias de decisão do uso dessa propriedade, da destinação do seu produto, eram instituições hierárquicas, era a Cia de Jesus, eram as hierarquias dos índios guaranis; elas conjugadas puderam, de certa forma, tornar possível a exploração econômica da região”. Ademais, a inexistência completa de propriedade privada dos fatores de produção, fosse esse o caso, não leva a crer na existência do sistema econômico comunista. Nesse sentido, é preciso reconhecer que na pré-história não existia propriedade privada, e nem por isso vigorava o referido sistema econômico.

8 COUREADORES E TROPEIROS

O surgimento courama, atividade extremamente lucrativa, uma vez que inexistiam materiais sintéticos na época, foi possível graças aos abundantes rebanhos bovinos da Vacaria do Mar. Além de ser exportado, o couro vacuum estava no dia-a-dia dos habitantes da antiga Banda Oriental. Tinha as mais diversas finalidades. Estava na vestimenta e no laço dos campeiros, que por isso passaram a ser chamados *guascas*; estava no fabrico das casas, servindo de teto, porta e janela; estava nas mobílias, forrando camas, bancos e cadeiras; estava nas pelotas, frágeis embarcações de pele; estava nos surrões, protegendo o trigo e a erva-mate da umidade; e *last but not least*, estava no arreamento, onde o couro ainda hoje serve de material para caronas, barrigueiras, cabrestos, buçais, cinchas, lombilhos, peitorais, rédeas, relhos, bastos, entre tantos outros acessórios indispensáveis ao arreo gaúcho (ABREU, 2013; MARIANTE, 1974; HOLANDA, 1944; DREYS, 1961).

Hélio Moro Mariante escreveu importante obra dedicada ao tema, sob o título *A Idade do Couro no Continente D'El Rey*, publicada em 1974. No desfecho de seu livro, evoca a memória do poeta gaúcho Guilherme Schultz Filho:

Nossa querência foi pobre,
 não teve uma 'idade de ouro'
 mas teve a 'idade do couro'
 e nessa página rude
 marcou a própria virtude,
 que ostenta como tesouro
 (MARIANTE, 1974, p. 80)

Foi pelo uso cotidiano desse produto que o historiador Capistrano de Abreu (2013) chamou esse período da história brasileira, tanto do sertão nordestino quanto do extremo-sul, de “época do couro”. Iniciou-se, segundo Roberto Simonsen (2005), no ano de fundação da Colônia do Sacramento e perdurou até o findar do século XVIII. Já na erudição de Hélio Moro Mariante, em seu livro anteriormente citado, o fim da idade do couro no Rio Grande pode ser fixado em meados do século XIX, “não porque o couro tenha perdido sua importância econômica, fato que até hoje se faz sentir, mas porque deixou ele de ser o artigo mais importante e quase exclusivo” (MARIANTE, 1974, p. 14).

A partir de 1680, os gaudérios, coureadores ou changadores caçavam enorme quantidade de gado silvestre na Banda Oriental para extração dos couros e das gorduras. Após

estaqueamento, secagem e dobragem, os couros eram embarcados no porto da Colônia do Sacramento e levados ao Rio de Janeiro, onde eram reembarcados e seguiam viagem rumo à Europa, chegando principalmente à Amsterdã, Rouen e Flandres (SIMONSEN, 2005). Foi criado, em 1699, o quinto dos couros, imposto que só existia nos territórios sulinos (HAMEISTER, 2002). Era comum, para escapar dessas cobranças, a atividade dos contrabandistas que atravessavam as margens do rio da Prata, intercambiando couros entre Colônia e Buenos Aires. O produto clandestino, quando embarcado na Colônia, seguia diretamente à Europa, principalmente para a Inglaterra (HAMEISTER, 2002).

Não demorou para que o couro argentino viesse fazer concorrência, no Rio de Janeiro, ao produto nacional. Com isso, as autoridades portuguesas instituíram, já em 1680, um Alvará que proibia o consumo de sola no Brasil que não fosse fabricada dentro do reino e estabeleceram, em 1699, novos impostos sobre os couros importados de Buenos Aires (SIMONSEN, 2005). Alguns documentos da época registram que os portos de Montevideo e Buenos Aires, somados, chegaram a exportar à Europa a quantia de 1 milhão de peças por ano (sem contar o contrabando) entre 1779 e 1795, cabendo referir que, em 1783, chegaram a enviar a impressionante soma de 1.400.000 unidades (MARIANTE, 1974; GIBERTI, 1970). Entenda-se: um milhão e quatrocentos mil bovinos abatidos para exploração quase que exclusiva do couro, pois naquela época o aproveitamento da carne era mínimo, restringindo-se ao consumo local e à pouca quantia salmourada enviada em navios (HAMEISTER, 2002). A época de ouro do charque ainda estava por vir.

Quanto aos números exportados a partir da Colônia do Sacramento, dados que nos são mais importantes, seu tempo áureo ocorreu no decorrer do primeiro quartel do século XVIII, quando Colônia chegou a atingir a cifra de 500.000 couros exportados (LESSA, 1978). No findar desse mesmo século, a exportação a partir desse porto flutuou entre 111.000 e 150.000 unidades de couro (MARIANTE, 1974).

No século XIX, temos os seguintes dados coligidos por Saint-Hilaire, referentes ao volume de couro exportado pelos portos de Porto Alegre e Rio Grande (Colônia do Sacramento já não mais pertencia ao território brasileiro):

Tabela 1 - Estimativa fornecida pelo Sargento-Mor Mateus da Cunha Teles à Saint-Hilaire

Ano	Porto Alegre	Rio Grande
1813	150.000	215.500
1814	170.000	298.140
1815	155.000	269.830
1816	140.000	207.525
1817	125.000	172.045
1818	125.000	189.280
1819	125.000	150.860

Fonte: SAINT-HILAIRE, 2002, p. 108

O comércio do couro se manteve constante, ainda que sob fortes oscilações, durante os séculos XVIII e XIX. Contudo, se desde meados do século XVII o principal responsável pelo fornecimento de couro vacum aos portos da Coroa portuguesa foi o nômade que caçava gado chimarrão, esse quadro passa a se alterar a partir da década de 1730, por conta de um novo agente econômico que emerge no Rio Grande, o *estancieiro*, que passa a substituí-lo progressivamente em sua função. Outrossim, nessa mesma década, surge outro agente fundamental para nossa história político-econômica, o *tropeiro de gado muar*, conforme veremos a seguir.

Em 1693, iniciou-se o ciclo aurífero das Minas Gerais, com as descobertas de Antônio Rodrigues Arzão e Bartolomeu Bueno da Siqueira (MARTINS, 2003). Atraídos por recompensas da Corte portuguesa caso jazidas auríferas viessem a lúmen, enorme contingente humano deslocou-se para a região, o que demandava enormes quantias de animais para carga. Assim, ganharam prestígio os rebanhos de gado muar e cavalar dos territórios sulinos, principalmente dos criatórios argentinos (FONSECA, 2004).

Todavia, essa empresa era inviável, visto que inexistia estrada ligando o Sul ao Norte da América Meridional. Até então as únicas pessoas que conseguiam intermediar o comércio entre o Norte e o Sul do Brasil, por via terrestre, eram os moradores de Laguna, que o faziam por meio de picadas secretas. A Coroa portuguesa percebeu a oportunidade de lucrar com a construção de uma estrada, pois arrecadaria vultuosos impostos dos comerciantes. Quando os lagunenses ficaram sabendo do plano das autoridades portuguesas de abrir uma rota oficial entre Colônia do Sacramento e São Paulo, eles muito se opuseram, com medo de perder sua posição exclusiva no comércio com o Sul (VELLINHO, 1965).

A fim de resumir a história, basta dizer que, apesar dos percalços, a estrada até São Paulo foi concluída com êxito por volta de 1730, cabendo o mérito de sua realização principalmente à determinação e à inteligência de Cristóvão Pereira. Com isso, foi possível um fluxo sazonal, mas regular, de cavaladuras que partiam dos abundantes rebanhos argentinos

rumo ao litoral rio-grandense, para depois subirem pela nova rota até o centro-oeste, passando por Curitiba – onde pagavam tributos – e São Paulo (FONSECA, 2004).

A relevância da obra é melhor descrita pelo historiador Alfredo Élis Júnior (1950, p. 4): “talvez a estrada do Rio Grande a São Paulo tenha sido a rota de maior importância na História do Brasil, pois sem ela não teria havido o ciclo do ouro, não teria havido o do café e nem a unidade nacional teria sido levada a cabo”. Com efeito, permitiu o surgimento de uma nova atividade pastoril tanto na Campanha quanto nos Campos de Cima da Serra, pois segundo consta na bibliografia gaúcha: “Os estancieiros serranos cuidavam com interesse da criação de mulas e tropas, que era o grande negócio da época” (GOMES, 1966, p. 36). Segundo o historiador Paulo Xavier, baseado em fonte primária, existiam 45 estancieiros que criavam mulas no distrito de Vacacaí em 1807 (PEREIRA, 2006). A exportação dessas tropas sofreu um declínio, logo antes do início da Revolução Farroupilha (MARQUES, 1992), mas continuaram a ser tangidas à São Paulo, em menor escala, até 1930, fornecendo bestas de carga e de transporte aos cafezais (MARQUES, 1992).

Percebe-se que até agora foi mencionada a exportação em pé de cavalgadas para abastecer as regiões mineradoras do centro-oeste, sem que fossem citados os bovinos, espécie animal pertinente ao presente trabalho. É certo que todos aqueles trabalhadores braçais precisavam de alimento, mas aparentemente foi São Paulo o responsável pelo abastecimento inicial de carne às Minas Gerais, porquanto poucas unidades de vacuns foram levados do Rio Grande de São Pedro: de 1734 a 1749, somente 629 cabeças bovinas (3,55%) foram computadas no Registro de Curitiba (local onde pagavam dízimos), ao passo que em relação às cavalgadas, estas contabilizaram 17.067 unidades (OSÓRIO, 1999). O cenário parece mudar um pouco, logo em seguida, pois um documento da época revela que, em 1751, passaram pelo Registro de Curitiba 6.595 cavaleiros, 2.280 mulas, 43 éguas e 1.040 vacas (10,44%), ou seja, um leve aumento na exportação de bovinos em pé (HAMEISTER, 2002). Todavia, Martha Hameister acredita que esse aumento deu-se mais para recompor os rebanhos de São Paulo, que estariam dizimados, do que para o abastecimento de carne às Gerais.

Quando os tropeiros chegavam até a feira de Sorocaba, em São Paulo, comercializavam os animais após pagar novos tributos. De lá, outros tropeiros seguiam viagem até as zonas mineradoras do centro-oeste. D. Luís Antônio de Souza, Capitão-Geral, escreveu em 1769:

O negócio mais limpo que tem esta Capitania de São Paulo é o dos animais que vão buscar à fronteira de Viamão; neste tráfico lucram os que têm dinheiro e o emprestam, ganham os que vão comprar, utilizam-se os fazendeiros que povoaram a fronteira, e nas passagens e registros pagam a Sua Majestade consideráveis direitos (CESAR, 2005, p. 60).

Por certo, já existiam tropeiros no Rio Grande desde quando foram introduzidas, na margem esquerda do rio Uruguai, as primeiras reses por intermédio dos jesuítas espanhóis. Realocar, pois, o gado de uma estância para outra, numa época sem veículos motorizados, levava dias, senão meses, mesmo em se tratando de distâncias reduzidas. Contudo, é somente a partir de 1733 que o tropeiro adquire importância de tal ordem, que chega ao ponto de ser considerado, por diversos autores, o agente responsável por definitivamente integrar o Rio Grande do Sul ao Brasil (SIMONSEN, 2005; HAMEISTER, 2002; CESAR, 2005).

No princípio do século XIX, as reservas auríferas mineiras já tinham se esgotado (sua queda progressiva iniciou-se em 1760), e os tropeiros gaúchos voltaram a repontar gado da espécie *vacum*, mas desta vez no sentido do interior para o litoral, visando o canal de São Gonçalo e o arroio Pelotas (FONSECA, 2004), onde comercializavam os animais com um agente econômico que emergia com força, o *charqueador*. Mas antes de abordar os detalhes da indústria saladeril, faz-se necessário elucidar a origem de nosso sistema fundiário, seu sistema de produção e as características da mão de obra utilizada.

9 AS ESTÂNCIAS LUSO-BRASILEIRAS (PRÉ-ARAMADO)

9.1 FORMAÇÃO

Veio de Laguna em 1725, a mando do governo português, a primeira expedição brasileira a explorar o Rio Grande do Sul, composta por 30 homens comandados por João de Magalhães. Entre os motivos dessa incursão, destaca-se o crescente interesse em explorar o gado chimarrão (PORTO, 1954). Sete anos depois é concedida a primeira sesmaria no Estado, na Parada das Conchas (atual Município de Tramandaí), à Manuel Gonçalves Ribeiro (CESAR, 2005). É o surgimento da estância luso-brasileira, fazenda de gado de posse privada, respaldada juridicamente pelo governo português. Nesse tipo de estabelecimento, as moradas são fixas – a “ação de estar” do verbete “estância” (HOUAISS; VILLAR, 2001), enfim, tem significação de permanente. Ao tomar posse no Instituto Histórico e Geográfico do RS em outubro de 1931, o historiador General João Borges Fortes pronunciou um belo discurso, que refletia a respeito desse estabelecimento que acabou por caracterizar a cultura do gaúcho:

A estância é a célula matriz do Rio Grande [...] Com o advento dos Lagunistas as estâncias se multiplicaram, já não é mais um fogão perdido no espaço imenso; formase o núcleo de fixação portuguesa hoje, brasileira no outro alvorecer. Não haveria mais força capaz de destruir aquele foco de resistência. Era o novo lar. Tinham chegado os ocupantes àquelas paragens depois de riscos, sacrifícios e canseiras: com a energia de seus braços, haviam transformado a solo bruto em eitos e lavouras – amansaram o gado bravo que ruminava em torno de seus ranchos –, com esforços exaustivos construíram as suas moradas rústicas, abrigo das esposas resignadas e dos filhos estremecidos. Viviam no isolamento forçado, longe da colônia, esquecidos da metrópole, ignorados pelo resto do mundo... Tentassem agora arrancá-los daqueles pagos e proclamá-los intrusos... Nunca mais recuariam. Aquilo agora era deles. A estância se fizera povo, o povo criara uma pátria, sua, inalienável e irredutível (FORTES, 1944, p. 14-15)

A Carta Régia de 7 de dezembro de 1697 (BIBLIOTECA Medicina Animae, 1697) estabelecia a área *máxima* das sesmarias a serem concedidas: uma légua de frente, por três de fundo, ou seja, 150 quadras (na prática, a maioria das sesmarias concedidas no RS tinham exatamente esse tamanho). Uma légua de sesmaria mede 6.600 metros; já a quadra de sesmaria possui 87,12 ha. Assim sendo, a área total dos campos concedidos equivalia a 13.068 ha, ou seja, 130.680.000 m². Para solicitar uma sesmaria, ou o requerente já morava no campo devoluto com sua família e agregados ou, no caso de pessoas importantes para a Coroa portuguesa, o pedido era acompanhado da promessa de povoar o local (CESAR, 2005).

Os primeiros sesmeiros setecentistas eram, em geral, militares lagunenses, que recebiam uma ou mais sesmarias em recompensa pelos serviços marciais prestados. Fixaram-se, no início, nos Campos de Viamão e Tramandaí, que compreendiam a faixa de terra entre o Atlântico e a Lagoa dos Patos (LAYTANO, 1952). Logo depois dos lagunenses, vieram os habitantes da Colônia do Sacramento fundar suas estâncias em território rio-grandense. Em 1767, já havia mais de 80 estancieiros em Viamão (LAYTANO, 1952). Posteriormente, foram concedidas terras onde existem rios profundos, como nas margens dos rios Taquari e Jacuí – o que ressalta a preferência, nesse período, em fundar estâncias em local próximo a águas navegáveis.

Com a expulsão dos jesuítas em 1768, e a incorporação definitiva dos Sete Povos das Missões ao território português em 1801, muitos campos da Campanha, Missões e Cima-da-Serra tornaram-se devolutos, possibilitando a povoação luso-brasileira nessas regiões do Estado. Com efeito, Aristides de Moraes Gomes (1966) escreveu que colonizadores paulistas, catarinenses e rio-grandenses subiram a Serra nos princípios do século XIX. O território das Missões corria sério risco de invasão argentina, especialmente após a conflagração da revolução pela independência da Argentina, em 1810, em Buenos Aires. Por essa razão, além de estabelecer guardas de fronteira, os governadores do Rio Grande concederam diversas sesmarias nas Missões, nos anos de 1814 e 1815, convertendo os campos que outrora eram propriedade comunal em propriedade privada (CESAR, 2005).

Apesar do arcabouço jurídico, o direito à propriedade era extremamente instável, conforme elucidado o erudito historiador Sérgio da Costa Franco (2001, p. 121):

As simples posses tornaram-se mais efetivas do que a titulação original das cartas de sesmaria e sentenças de mediação, - fenômeno que, aliás, aconteceu em todo o Brasil, dado que o regime das sesmarias foi abolido em 1823 e o advento de uma lei de terras, que regularizasse a aquisição das áreas públicas, só aconteceu em 1850, com regulamentação em 1854. A estância primitiva foi, portanto, um estabelecimento de risco, geralmente sem limites físicos precisos e sem titulação muito confiável. O que mais a caracterizava eram os gados aquerenciados e marcados pelo ferro do seu proprietário.

O estancieiro reconhecia os bovinos e equinos de sua propriedade através da marca. Suas terras, até prova em contrário, eram aquelas pastejadas por seus animais. Essas posses irregulares – ainda que vulneráveis à conflitos agrários – possibilitaram a diminuição da concentração fundiária (FRANCO, 2001).

Não raro foram concedidas sesmarias bem maiores que 13.068 hectares, violando a Carta Régia de 7 de dezembro de 1697 (BIBLIOTECA Medicina Animae, 1697). Este tipo de

vantagem era relativamente justificável quando ocorrida na Campanha e nas Missões, pois estava-se em uma época em que a fronteira se mantinha “em movimento” e, portanto, precisava ser defendida. Mas em outras regiões do Rio Grande do Sul, tal como no Município de Pelotas, esse tipo de concessão irregular consistia em verdadeiro abuso.

O ilustrado Aureliano de Figueiredo Pinto, ao analisar a natureza do sovina, traduziu suas contradições em um belo poema:

É grande a ambição do homem!
 Ouro... Riquezas... E as léguas
 de estâncias como um império
 e o mais que a ambição promete.
 -Depois... fechado no brete
 de um canto de cemitério.
 (PINTO, 1997, p. 151)

Nos dias de hoje, sabe-se que cerca de 85% dos estabelecimentos agropecuários gaúchos possuem até 50 ha (SCHNEIDER; WAQUIL, 2001), os quais possuem até 50 bovinos (SILVA *et al.*, 2014). O nítido contraste existente entre o minifúndio atual e a estância primitiva, matriz do latifúndio, somada às irregularidades e abusos que marcaram sua formação (FRANCO, 2001), já há muito tempo suscita debate sobre a questão agrária no Brasil. Vários estudiosos protestaram contra as injustiças sociais decorrentes do sistema fundiário anterior à Lei de Terras. Porém, ainda que as queixas sejam justas, é lícito indagar se o instituto da sesmaria trouxe algum benefício para o Rio Grande do Sul e o País. Moysés Vellinho responde-nos que sim, pois desempenhou “importante papel histórico” (VELLINHO, 1965) ao possibilitar a defesa do território brasileiro e a consolidação da fronteira com o Uruguai e a Argentina, uma vez que os sesmeiros se mantiveram vigilantes, repelindo os invasores estrangeiros (VELLINHO, 2005). Nesse sentido, afirmou Guilhermino Cesar: “os senhores latifundiários do Rio Grande formaram a guarda avançada dos reis portugueses” (COSTA, 1998, p. 81).

Em relatório à Assembleia Provincial, em 1849, o governador Soares de Andrea informou que havia 555 estâncias no Rio Grande do Sul, assim distribuídas: Rio Grande, 34; Pelotas, 15; Rio Pardo, 65; São José do Norte, 49; São Leopoldo, 26; Triunfo, 50; São Gabriel, 50; Caçapava, 266 (CESAR, 2005, p. 96).

9.2 ESTÂNCIAS INDIVISAS

Tudo era aberto; as estâncias pegavam umas nas outras sem cercas nem tapumes; as divisas de cada uma estavam escritas nos papéis das sesmarias; e lá um que outro estancieiro é que metia marcos de pedra nas linhas, e isso mesmo quando aparecia algum piloto que fosse entendido do ofício e viesse bem apadrinhado (LOPES NETO, 2008, p. 71).

Povoar as estâncias recém-fundadas, com gado *vacum*, consistia em dificuldade não de ordem financeira, mas principalmente, laboral. Os luso-brasileiros geralmente não compravam gado manso, pois bastava arrebanhar bovinos selvagens das pastagens ermas, para, então, pacientemente amansá-los na própria estância – expediente que foi possível até meados do século XIX.

A arte da criação de gado – não a simples caça à rês – começava a ganhar proporções cada vez maiores no Rio Grande do Sul. É certo que os índios catequisados já criavam gado manso nas antigas estâncias jesuíticas, mas em proporção limitada, pois faltava mão de obra para tantos animais. Sobre isso, recordamos que em 1780 – ano em que foi realizada a primeira estimativa populacional da Capitania – havia 17.923 habitantes para 179.405 bovinos (10 cabeças de gado para cada pessoa). Se essa proporção já significava falta de braços, o que dizer do século anterior, quando havia ainda menos gente para *milhões* de bovinos?

Destarte, com o aumento populacional e o surgimento das sesmarias, foi possível a transformação gradual, mas generalizada, de atividade extrativa de gado *xucro* à criação de gado manso. Isso não significou, infelizmente, valorização imediata da carne. Até o surgimento das charqueadas pioneiras em Pelotas no ano de 1779, o couro foi o produto que ensejava a produção de bovinos – sua comercialização estava garantida na Europa. A carne, segundo escreveu A. P. Guimarães, era um subproduto (SANTOS, 1975).

No que diz respeito à exportação de gado em pé, se no século XVIII a exportação de muares e cavaleiros foi seguramente maior que a de bovinos, a tendência parece mudar no século seguinte. Nicolau Dreys, francês que esteve no Rio Grande do Sul entre 1817 e 1827, relatou em sua *Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*: “o que se vende para as charqueadas é somente uma fração do produto da estância, pois o estancieiro costuma fazer anualmente vendas consideráveis de gado em pé que é exportado para outras províncias do Império” (DREYS, 1961, p. 131). Dreys informa-nos que anualmente eram exportados 10 a 12 mil cabeças de gado *vacum*, 12 a 15 mil mulas e 4 a 5 mil cavalos para Santa Catarina e Curitiba (DREYS, 1961, p. 143).

No Uruguai, houve um tipo de estabelecimento que simbolizou a transição do sistema de caça à rês à criação de gado. Nas “estâncias chimarronas”, como foram chamadas, não havia a preocupação de amansar os animais, e sim, simplesmente obter os couros, sebos e chifres do gado xucro (MARQUES, 1992). Talvez as primeiras estâncias luso-brasileiras, fundadas no Rio Grande, possuíssem organização semelhante. Vejamos sua descrição, por Fernando Assunção:

[...] a primitiva estância, que temos chamado, por suas características particulares, ‘estância chimarrona’, não era um estabelecimento para criar ou engordar gado, no sentido em que hoje damos a estas formas de exploração, e sim para juntá-lo, agrupá-lo, apenas amadrinhá-lo, e suas condições básicas ou essenciais, para eles [os gaudérios], eram possuir boas aguadas e rincões ou cercados naturais onde pudessem encurralar esses gados, originários de muitas procedências. As casas eram míseros ranchos de paredes de faxina e teto de palha e couro. Uma grande superfície, na cercania de tais “casas”, marcava o lugar de sacrifício das reses, ou de estaqueamento e secagem dos couros e alguma carne, a qual secava em tiras, ao sol [...]. Os couros, já prontos, se apilavam nas cercanias... (ASSUNÇÃO, 2007, p. 187-188).

Os estancieiros setecentistas, portanto, além de defenderem o território rio-grandense ao fixarem-se nas sesmarias, substituíram os nômades coureadores no fornecimento de couro *vacum* para exportação.

Com a emergência dos estabelecimentos saladeiros em Pelotas, o charque começou a ganhar espaço, paulatinamente, no mercado consumidor nacional. Além do mais, o couro continuava bem cotado. Assim, o gado valorizou-se progressivamente, estimulando a fundação de novas estâncias no Rio Grande do Sul, que passaram a criar gado sob *costeio*.

Aristides de Moraes Gomes (1966), escrevendo sobre as estâncias serranas do início do século XIX, explicou o comportamento do gado chimarrão: “Esses gados viviam nas costas dos matos, atentos a se ocultarem com qualquer movimento estranho. De madrugada saíam pelo campo a procura de melhor pastagem e para tomarem sol, nas fraldas das coxilhas (GOMES, 1966, p. 47).”

O cruz-altense explica-nos o procedimento utilizado para conduzir esses animais à estância:

Os estancieiros habilidosos, arditos e perseverantes, repontavam o gado manso ou a boiada carreteira para as proximidades dos parados dos araganos e ali punham sal, para que eles provando, fossem se misturando com aquele sinuelo. Passados alguns dias, repetiam a mesma prática e um cavaleiro jeitoso ia se chegando, disfarçadamente até junto do gado, sem falar, sem fazer outro qualquer movimento. Algumas reses corriam logo, mas outras, ou a maioria ficava, embora atenta, até que o campeiro se afastasse. Mas, com perseverança e continuidade, o cavaleiro conseguia repontar calmamente o gado entreverado até o rodeio, sem gritos e atropelos. *Entretanto, continua o autor*, uma boa porção desses alçados não obedecia aquele reponte e se desgarrava na direção do mato ou brejo. Tinham de ser pegados com violência, à pata de cavalo e laço (GOMES, 1966, p. 47).

Quando a peonada chegava com o gado xucro na propriedade, precisavam aquerenciá-los nos novos pagos. Para tanto, encerravam os animais em potreiro ou mangueira rústica feitos de pedra ou madeira. Em seguida, davam pastoreio e depois tornavam a encerrá-los. Esse procedimento repetia-se diariamente (SIMONSEN, 2005), até que o gado se amansasse e se acostumasse ao novo ambiente. As primeiras mangueiras, de taipas ou moirões, além de facilitar o amansamento do gado xucro, facilitou as tropeadas, pois simplificou a *ronda*: “a encerra foi uma segurança para o gado e galardão para o tropeiro” (ORNELLAS, 2012, p. 241). Caso não existisse benfeitoria para encerra dos animais na fazenda, o procedimento para amansá-los era o mesmo, mas ao invés de encerrá-los, eram simplesmente trazidos a rodeio – prática de herança indígena.

Nas estâncias de Jaguarão da década de 1850, os estabelecimentos rurais eram “modestíssimos, com predomínio das casas, cozinhas e galpões cobertos de palha” (FRANCO, 2001, p. 123) – benfeitorias semelhantes às das “estâncias chimarronas”, descritas por Fernando Assunção. Por outro lado, nas estâncias serranas, cinquenta anos mais tarde, as construções eram de melhor qualidade, pois a casa de moradia, além de ser construída com paredes grossas de pedra ou tijolos, era coberta com “telhas portuguesa e caiada de branco” (GOMES, 1966, p. 55). Essa diferença entre os dois períodos pode ser explicada pelo surgimento da “Lei de Terras” em 1850, e sua regulamentação em 1854, pois, conforme assegurou Sérgio da Costa Franco: “A insegurança quanto à propriedade imóvel e seus limites explica, até certo ponto, a modéstia do estabelecimento pastoril dos primeiros tempos” (FRANCO, 2001, p. 122).

Embora o braço escravo tivesse construído cercas de pedra ou valos no entorno de algumas das estâncias rio-grandenses pioneiras, eram os acidentes geográficos os principais limites das propriedades, tal como nas estâncias jesuíticas. De fato, era difícil cercar grandes extensões de terras antes do advento do aramado (CESAR, 2005). Cercas de madeira eram erguidas para proteger pomares, hortas, mandiocais e lavouras de trigo, evitando a destruição pelos animais (FLORES, 2004). As moradias também eram cercadas com madeira de lei, e os potreiros, quando existentes, eram pequenos (CESAR, 1978).

Os campos indivisos propiciavam o roubo de gado. Sobre isso, Gonçalves Chaves escreveu em 1822:

Cada um mata as reses de seu vizinho para gasto da sua casa, sem procurar pagá-las, ainda que sempre se cobre com o pretexto de pagar com outras. *O autor acrescenta*: Os tropeiros ajuntam muitas vezes com suas tropas de gado reses que encontram por perto dos caminhos e vendem-nas nas charqueadas sem escrúpulo algum (CHAVES, 2004, p. 262).

Nicolau Dreys descreveu a fazenda de criação de gado que menos predisponha a esses vícios:

Estância perfeita, e que mais segurança oferece aos interesses do especulador, é aquela cercada por limites naturais, como morros íngremes, matos impenetráveis, e melhor que tudo rios profundos, pois dali não pode sair o gado vagabundo, e mais resguardada está a fazenda das depredações dos roubadores, em mesmo dos viajantes (DREYES, 1961, p. 130).

A fim de estancar a soneração de impostos gerada pelo contrabando de gado, chegou um Aviso Régio em 1820, determinando que os legisladores municipais de Rio Pardo deveriam reunir-se na Câmara da cidade (LAYTANO, 1983). Com essa e outras assembleias, foram criadas leis municipais estabelecendo que o gado alçado deveria ser costeado e levado a rodeios uma vez por semana, a fim de amansá-los. O prazo para se adequar à nova norma era geralmente de um ano, e quem a descumprisse estava sujeito a ter seu gado xucro apreendido e leiloado. Também se proibiu que se mantivesse gado *vacum* em campo alheio. Em uma das reuniões na Câmara de Rio Pardo, 50 estancieiros se uniram em prol de seus interesses comuns – esse encontro é considerado o primeiro conclave de criadores no Rio Grande do Sul (FARSUL, 1997). Posteriormente, pequenas regulamentações em relação às marcas e sinais de gado também foram estabelecidas (LAYTANO, 1983). “E com essas três disposições sobre o costeio, rodeio e marcação tínhamos tudo, em matéria de pecuária, até 1850” (LAYTANO, 1983, p. 53).

Os rodeios eram frequentes quando objetivavam o costeio, mas também existiam os rodeios maiores, onde juntava-se todo gado das enormes invernadas indivisas, para os procedimentos mais trabalhosos. Dreys (1961) relatou que era comum as estâncias *darem rodeio* a cada 6 meses para marcação dos terneiros e contagem geral do gado (DREYS, 1961).

Severino de Sá Brito, “autêntico gaúcho que nasceu na Campanha em 1862” (CESAR, 2005, p. 138), escreveu importante livro de memórias denominado *Trabalhos e Costumes dos Gaúchos* (1979). O autor afirmou serem três os rodeios anuais obrigatórios, que tinham a finalidade de marcar (geralmente em maio), castrar e tropear. Ademais, era no rodeio onde ocorriam os apartes para venda de touros, bois gordos e vacas de invernar (ORNELLAS, 2012), pois inexisteriam balanças ou, mais tarde, por causa da desconfiança, que existia entre os estancieiros, em relação às primeiras balanças que foram instaladas (MARQUES, 1992). Na comercialização de gado *a rodeio*, paga-se um preço fixo, por cada cabeça bovina apartada – essa modalidade de comercialização perdura nos dias de hoje, ainda que diminuta.

Em 1932, o Interventor Federal Flores da Cunha criou uma lei que obrigava a instalação de balança para a pesagem do gado em pé em charqueadas e abatedouros (GOMES, 1966).

9.3 ADMINISTRAÇÃO DE SAL AO GADO

Saint-Hilaire, no período em que esteve no Rio Grande do Sul (1820 e 1821), observou que a prática de ministrar sal ao gado variava de acordo com a região. Notou que os fazendeiros precisavam suplementar o gado nos campos situados em serras:

Disse que as pastagens eram muito boas até Camaquã, o mesmo até Piratini, mas aquém deste último rio era preciso necessariamente dar sal aos animais. Esta diferença tem algo de extraordinário pois, apesar das florestas se rem mais numerosas e em maior extensão, não vejo na força vegetativa das pastagens nenhuma diferença notável (p. 359). *Contudo, estando em Toropi, sustentou:* Segundo me relatou este homem e várias outras pessoas, pode-se criar gado neste cantão sem lhe dar sal (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 393).

Nicolau Dreys, referindo-se ao decênio 1817-1827, sustentou:

Cumpra assim mesmo notar que no Rio Grande não existe necessidade de dar sal ao gado, como se pratica periodicamente na Curitiba e nas regiões internas do Brasil; geralmente os pastos vizinhos do Oceano, e pouco superpostos ao seu nível, agradam ao gado que prospera com eles sem outros cuidados (DREYS, 1961, p. 132).

Outro francês, Arsène Isabelle, ao visitar estâncias situadas nos Campos de Cima da Serra em 18 de fevereiro de 1834, escreveu:

[...] os habitantes são obrigados a dar, quatro a cinco vezes por ano, rações de sal aos animais para incitá-los a comer. Vimos vacas e bois acompanharem longamente nossas carretas, lamberem-nas de todos os lados, como se quisessem mostrar a necessidade urgente que tinham de comer sal. Os moradores da serra, depois das rações de sal, costumam dar aos animais a cinza de vegetais alcalinos queimados. Este processo os purga e os dispõe a engordar (ISABELLE, 2006, p. 203).

Segundo Aristides de Moraes Gomes, uma vez por ano, os estancieiros serranos encomendavam sal à carreteiros, que o traziam de Rio Pardo. Essa difícil jornada levava mais de um mês, considerando o tempo de ida e volta, e além de sal, os pecuaristas compravam ferramentas e utensílios domésticos (GOMES, 1966). O sal era grosso, e por isso precisava ser triturado – para tanto, ou socava-se à mão, em cochos próprios, ou utilizava-se um moinho, que facilitava o serviço (GOMES, 1966).

Em contrapartida, nos campos banhados pelo mar, a situação é diferente, pois o gado não necessita ser suplementado com sal, porquanto suas necessidades de NaCl são atendidas pelo consumo de vegetação e solo. Em verdade, nos campos da hinterlândia, o racionamento do sal só ocorria por conta de sua grande escassez, principalmente para quem vivia longe dos portos (MARQUES, 1990).

9.4 PRODUTIVIDADE

A elaboração de índices de produtividade representativos e precisos é resultado de uma demorada e criteriosa coleta de dados, seguida de uma análise estatística complexa. Tanto é assim que, mesmo nos dias de hoje, os índices de produtividade oficiais disponíveis para a pecuária rio-grandense são limitados. Também reconhecemos que, simples “argumentos de autoridade”, devem ser vistos com cautela. Feitas as ressalvas, não podemos deixar de mencionar alguns escritos importantes referentes à produtividade do século XIX.

De acordo com Alvarino da Fontoura Marques, “os machos só eram castrados aos 3 anos de idade, ficando todo esse tempo, junto ao gado de cria, fecundando livremente, todas as fêmeas que pudessem”. Agrega: “A *novilhada* era apartada, recém aos 4 ou 5 anos, para ser internada e vendida com 6 ou 7 anos de idade. Os fazendeiros antigos conservavam a boiada solta no meio do gado geral. Não tinham como separar o gado classificado” (MARQUES, 1987, p. 48).

Saint-Hilaire registrou em 1820:

A maior parte dos estancieiros afirma que um proprietário pode vender todos os anos a quinta parte do seu gado sem diminuir o número do rebanho. Outros estancieiros opinam que esse número poderá subir a um quarto e até mesmo a um terço. Penso que a diversidade de lugares deve influir muito na reprodução e, por conseguinte, na quantidade de reses que se podem vender anualmente. As vacas começam a dar cria aos três anos (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 79).

Nicolau Dreys (1961, p. 131) foi criterioso, e fez uma série de comentários relevantes sobre a pecuária rio-grandense do período 1817-1827: “é regra geralmente recebida no Rio Grande que mil cabeças de gado, havendo vacas em proporção suficiente, produzem, termo médio, 400 cabeças por ano”. Desfrute que nos parece bastante otimista para a época. Sobre os custos de produção, relatou: “as despesas do estancieiro são quase nulas”. Em seguida,

comentou sobre a lotação dos campos: “calcula-se que nas estâncias, cada légua quadrada [4356 hectares] pode receber e criar de 1.500 a 2.000 cabeças de gado”. Ou seja, 0,40 cabeças por hectare. Já Pe. Aires de Casal (1817, p. 60), em sua *Corografia Brasileira*, escreveu: “Num terreno plano, ou campo de três léguas [13.068 hectares] criam-se de quatro a cinco mil cabeças”. Isto é, 0,38 cabeças/ha.

Sobre o hábito de queimar os campos, Arsène Isabelle escreveu:

Há ali também o cuidado de queimar frequentemente o campo, processo que renova o pasto e contribui muito para a fertilidade da terra, devido aos sais contidos nas cinzas e à destruição dos animais prejudiciais, como, por exemplo, os répteis, os gafanhotos e as formigas, que pululam em toda parte nos tempos de calor (ISABELLE, 2006, p. 188). *Mais além, sustentou*: Os moradores da serra, depois das rações de sal, costumam dar aos animais a cinza de vegetais alcalinos queimados. Este processo os purga e os dispõe a engordar (ISABELLE, 2006, p. 236).

As baixas lotações dos campos, juntamente com as queimadas, faziam com que as infestações por carrapatos não consistissem em problema grave e generalizado como ocorre hoje⁶. Campos eram queimados em estâncias de todo Rio Grande, mas principalmente naquelas situadas na Serra do nordeste. A prática ocorria no findar do inverno ou no início da primavera; para isto, sempre se observava a correta orientação do vento e a adequada umidade do solo. Além de destruir as larvas e ovos do ácaro, as macegas eram suprimidas, e os campos brotavam com vigor no decorrer da primavera (BRITO, 1979; GOMES, 1966).

Hoje em dia, a utilização de queimadas como ferramenta de manejo na pecuária suscita debate na Academia, cuja polêmica não cabe ser discutida no presente estudo.

9.5 MÃO DE OBRA

A indústria saladeril rio-grandense foi caracterizada pela ampla utilização do braço escravo. Tornou-se famosa a frase: “uma charqueada bem administrada é um estabelecimento penitenciário” (DREYS, 1961, p. 168). Relativamente às estâncias, durante muito tempo uma corrente de historiadores escreveu que a escravatura, ainda que presente, era minoritária, pois nesses estabelecimentos predominariam peões e agregados. Hoje sabe-se que essa versão da história estava equivocada. O lúcido historiador Sérgio da Costa Franco (2001, p. 99) esclarece:

⁶ Além disso, Alvarino da Fontoura Marques (1987) afirma que o gado crioulo era mais resistente ao parasito.

“pelo menos até meados do século XIX, as estâncias funcionaram com prevalência do braço escravo sobre o livre”.

Investigando o uso de mão de obra escrava e sua evolução nas estâncias de Jaguarão, Sérgio da Costa Franco (2001) coligiu dados de espólios e de levantamentos do município, os quais aqui reproduzimos:

Tabela 2 - Evolução da quantidade e do preço dos escravos nas estâncias de Jaguarão no século XIX

Período	Média de escravos por fazenda	Preço médio dos escravos, em equivalente animal
1801-1828	10 a 11	-
1845-1847	7,6	203 bovinos ou 65 cavalos mansos
1848	3,2	-
1865-1867	2,3	160 bovinos
1877-1879	3,3	90 bovinos ou 75 cavalos mansos
1884-1886	1,4	-

Fonte: FRANCO, 2001, p. 97-105

O ciclo do café em São Paulo – atividade mais lucrativa que a pecuária – demandava enorme quantidade de mão de obra, absorvendo grande parte dos escravos das estâncias rio-grandenses. Isso ocorreu principalmente a partir de 1850, em função da abolição do tráfico transatlântico de escravos africanos. Assim, o deslocamento interprovincial de cativos aumentou fortemente (FRANCO, 2001), acompanhando o crescimento da exportação de café em São Paulo: 1821 – 16% da exportação do referido Estado e 1852 – 50% (MARTINS, 2003). Em 13 de maio de 1888 foi sancionada a Lei Áurea, que extinguiu a escravidão no Brasil – verdadeira revolução social.

Escasso o braço escravo, quer por razões econômicas, quer por determinação da Lei, os estancieiros passaram a empregar, em maior quantidade, a única mão de obra que havia na Campanha rio-grandense: o gaudério ou *vago*, exímio cavaleiro e grande conhecedor do comportamento do gado.

Além dos assalariados, surgiu a figura do agregado, que fazia as vezes de capataz. O agregado morava na estância com sua família, cuidando do rebanho do patrão, que morava afastado, em algum povoado ou noutra fazenda de sua propriedade. A remuneração do agregado consistia, em geral, na simples permissão de criar animais com marca própria e cultivar pequenas lavouras na propriedade. Nos séculos XVIII e XIX, os alimentos eram todos produzidos na estância: havia pequenas lavouras de arroz (cortado a foice), pomares, criação de porcos e galinhas, fabricação de queijos e manteigas, etc. (GOMES, 1966). Não raro, o

patrão fornecia, além de carne a vontade, os artigos essenciais que não eram produzidos na fazenda.

O posteiro, peão de confiança que morava em algum limite estratégico da estância, desempenhava importante papel numa época sem cercas de arame, pois vigiava o gado e o trazia a rodeio quando o mesmo extraviava para a vizinhança.

10 A REVOLUÇÃO DO ARAMADO

O uso de arame para cercar fazendas teve início em 1855 na Argentina (COIMBRA, 1926). A importação do artigo naquele país foi aumentando de ano a ano, chegando a 5 milhões de quilos em 1870. O Uruguai, em 1877, já importava 6.646.746 quilos de arame (PINTO, 1973). Foi, pois, sob influência do Uruguai, país com maior liberdade no comércio com a Inglaterra, que rolos de arame foram introduzidos no Rio Grande do Sul a partir de 1870 (FRANCO, 2001). No período anterior, é claro que alguns estancieiros utilizavam outros meios para cercar suas estâncias. Cercas de pedra, herança do trabalho escravo, perduram no Rio Grande do Sul e na República Oriental. Valos ou fossos profundos eram mais comuns, mas ofereciam riscos: não raro alguma rês ali caía, morrendo de sede, caso algum peão não a descobrisse a tempo (AMARAL, 1958). O autor de *Martín Fierro* advertia: "*Todas las divisiones de los distintos departamentos del establecimiento de estancia, así como las de quinta y los alfalfares, deben ser hechas de alambre, pues las zanjas⁷ no son convenientes. En una estancia cuanto menos zanjas haya, es mejor*" (HERNÁNDEZ, 2008, p. 103).

Nos Campos de Cima da Serra, Aristides de Moraes Gomes (1966, p. 132) afirma que o arame liso para cercas surgiu em 1875: “era preto, número 7, que os estancieiros usavam, fazendo cercas de 3 a 4 fios com palanque sem preparo, cravados de 10 em 10 palmos”. Adiante, complementa: “os fronteiristas e uruguaios ensinaram-nos a fazer aramados de 5, de 6 fios com tramas, porteiras de arame e cancelas ou portões e até mangueiras de arame” (GOMES, 1966, p. 163). Antero Simões (1989), ao escrever sobre a história de Santiago, informa-nos que, em 1886, eram poucas as estâncias da região que possuíam tapumes e cercas. Nesse sentido, Sérgio da Costa Franco (2001) assegura que a difusão dessa tecnologia, em todo Estado, foi lenta.

Severino de Sá Brito (1979) afirmou que foi após a Revolução de 1893, o período em que a construção de cercas de arame mais se desenvolveu no Estado. Sustentou, o memorialista:

Como invasor e elemento de evolução, mudou a face do Rio Grande. Em poucos anos o aramado apoderou-se dos campos, excedeu-se por toda parte, fixou a divisa entre os lindeiros, subindo coxilhas, descendo baixadas e atravessando sangas para divisas de aguadas. Os fazendeiros cercaram a primitiva liberdade que campeava pelas nossas vastas campinas, onde cruzavam livremente cavaleiros e animais; pois que com o alambrado retalharam seus campos em invernadas, invernadinhas, piquetes, currais e bretes; até na cidade ele penetrou dividindo terrenos. [...] Que golpe profundo deu o alambrado nos costumes da minha terra! (BRITO, 1979, p. 26).

⁷ Fosso.

Com efeito, o uso generalizado do aramado foi uma revolução econômica e social (CESAR, 2005). Primeiramente utilizado para o cercamento externo da propriedade, apaziguou conflitos intermináveis entre agricultores e pecuaristas, impediu a fuga de animais⁸, individualizou a posse e contribuiu para amansar, definitivamente, o gado xucro. Proporcionou, segundo escreveu José Hernández (2008), progresso incalculável. Depois da estância estar devidamente alambrada externamente, os pecuaristas passaram a subdividir as pastagens com cercas de arame. A subdivisão em poteiros permitiu a classificação das diferentes categorias do rebanho, o desmame forçado, a comercialização programada, a estação de monta, o diferimento dos campos, o controle de lotação das invernadas e os diferentes métodos de pastoreio. Enfim, o aramado, além de garantir a segurança do rebanho, possibilitou a utilização ordenada das pastagens, o melhoramento do gado, de sua genética e de seus índices de produtividade.

Surgiu a profissão dos construtores de cercas. Por outro lado, para cada aramador que surgia, muitos peões de estância eram dispensados de seus empregos. A importância do posteiro diminuiu. Desamparados pelo Estado, logo migravam para a periferia das cidades, onde iam labutar em algum subemprego ou, nas palavras de Guilhermino Cesar, “engrossar a mão de obra especializada que padece nas malocas urbanas, ao lado do asfalto, mas fora da civilização” (CESAR, 2005, p. 138).

O roubo de gado, até então generalizado, diminuiu drasticamente. Além disso, o fio de arame originou corredores, limítrofes às estâncias, que resultaram em estradas de utilidade pública (CESAR, 2005). A comercialização regular de tropas mansas contribuiu para que as charqueadas prosperassem (CESAR, 2005). O gado e o campo valorizaram-se enormemente.

⁸ Nas estâncias indivisas da Argentina, José Hernandez (2008) afirmou que em épocas de seca ou escassez das pastagens, era comum que o gado se dispersasse para campo alheio.

11 AS CHARQUEADAS

Já existia charque no Rio Grande do Sul desde quando foram introduzidas as primeiras reses, porém o artigo era produzido em pequena escala, de forma caseira. Até então, sua produção industrial estava concentrada principalmente no Ceará e no Rio Grande do Norte, estados que tradicionalmente produziam a carne seca que alimentava a escravatura dos engenhos de açúcar da Bahia e Pernambuco (COSTA, 1998). Todavia, sucessivas secas no Nordeste nos anos de 1777, 1779 e 1792, provocaram escassez do produto, possibilitando a emergência da indústria do charque no Rio Grande do Sul nessa época (MAESTRI FILHO, 1979).

Pelotas foi o epicentro do charque no Rio Grande do Sul e seu personagem pioneiro foi o português José Pinto Martins. O empresário, que produzia carne seca em Santa Cruz do Arati, no Ceará, resolveu transferir seu capital para o sul após sofrer com as secas, instalando-se às margens do rio Pelotas em 1779. Dotado de espírito empreendedor, teve o tino de reconhecer a importância estratégica daquele local, em uma “área onde ainda não havia um único núcleo urbano” e que posteriormente tornou-se “o mais importante centro saladeril do Rio Grande do Sul” (MARQUES, 1990, p. 25). Gado de várias regiões do Rio Grande do Sul, principalmente da Campanha, e também do Uruguai, passou a ser levado para Pelotas, onde era abatido e beneficiado nas charqueadas – nos primeiros sete anos da República, Pelotas abateu 73% do gado sacrificado no Estado (MARQUES, 1990). As tropeadas da região fronteira ao litoral levavam de 30 a 40 dias (ORNELLAS, 2012). Eram jornadas duras, onde os tropeiros ficavam à mercê das intempéries, suportavam todo tipo de fadigas, inimagináveis nos dias de hoje.

Charque, couro e subprodutos eram transportados das charqueadas pelotenses ao porto de Rio Grande, através de pequenas embarcações que percorriam 40 km do canal de São Gonçalo. Em seguida, o charque era reembarcado em navios maiores que transportavam o produto ao Rio de Janeiro, Salvador e Cuba. O couro, como sempre, seguia para a Europa, em sua maior parte.

Somente em 1878 começaram a surgir charqueadas no interior do estado, onde o gado era mais abundante. Tornaram-se viáveis após o aparecimento das linhas ferroviárias, que iam até Rio Grande, Porto Alegre, Montevideu e Buenos Aires. Segundo Alvarino Marques (1990), o período compreendido entre 1880 e 1917, foi a época de ouro das charqueadas. Em verdade, ao analisar as exportações da Província, nota-se que foi somente a partir de 1880, que “a renda

obtida com a exportação de charque, suplantou, definitivamente, a produzida com a exportação de couros” (MARQUES, 1992, p. 37).

12 OS FRIGORÍFICOS

O engenheiro francês Charles Tellier (1828-1913) inventou, em 1869, o primeiro sistema de refrigeração para conservação de carnes do mundo. Para demonstrar a eficiência das máquinas e sua utilidade comercial, em 1876, o navio *Frigorifique* foi equipado com o novo sistema, e viajou de Rouen à Buenos Aires levando a carne de 12 terneiros, 12 carneiros, um suíno e 50 aves (QUEVEDO, 1986). Depois da travessia oceânica, na qual o inventor fazia parte da tripulação, relatou-se que as carnes estavam aptas para consumo, fato que despertou o interesse dos pecuaristas do Prata.

Os capitalistas ingleses muito se beneficiaram do negócio de carnes frigorificadas. Depois de experiências bem-sucedidas na Austrália, o frigorífico “River Plate Fresh” começou a funcionar na Argentina em 1883, sendo seguido por vários outros empreendimentos do tipo.

No Uruguai, no período entre 1902 e 1915, surgiram três frigoríficos de capital nacional, sendo que um deles – “Frigorifico Montevideo” – foi adquirido pelos norte-americanos da Cia Swift.

Deve-se à iniciativa de Antônio Prado (1840-1929), o surgimento do primeiro frigorífico no Brasil, à 1913, chamado “Companhia Frigorífica e Pastoril”, situado em Barretos (SP). O estabelecimento passou a ser controlado pelo grupo Anglo, da Inglaterra, a partir de 1924 (MARQUES, 1992).

No início do século XX, os criadores gaúchos perceberam que o abate e o beneficiamento do gado deveria migrar das charqueadas para os modernos frigoríficos. Além da carne frigorificada representar melhor aproveitamento do produto em relação ao charque, o mercado consumidor externo naturalmente preferia consumir esse tipo de alimento. Outro fator que entusiasmou os pecuaristas foi o estopim da Grande Guerra, que contribuiu para a valorização da carne. Assim, por meio da entidade “União dos Criadores”, os pecuaristas gaúchos tentaram reunir o capital nacional necessário para a construção de uma unidade frigorificada em 1915, mas não logram sucesso. A lacuna aberta foi, então, preenchida pelos norte-americanos das Companhias Swift, Armour e Wilson. A Cia Swift começou a construir em 1917, e, no ano seguinte, começou a funcionar o primeiro frigorífico do Rio Grande do Sul, próximo ao porto de Rio Grande (PIMENTEL, 1950). No ano seguinte, a exportação de carnes frigorificadas correspondeu à proporção de 4,9% das mercadorias exportadas pelo Estado (MARQUES, 1992). A Cia Armour adquiriu uma charqueada em Santana do Livramento em 1917, e em 1920 começa a exportar carne congelada.

Igualmente em Santana do Livramento, negócio similar foi feito pela Cia Wilson, que em 1919 passou a exportar carne congelada pelo porto de Montevideo (MARQUES, 1992; QUEVEDO, 1986). O empreendimento de capital nacional ganha vida sob o nome de “Cia Frigorífica Rio Grande”, mas, apenas em 1920, ou seja, após o término da guerra e das altas cotações da carne. Apesar do esforço nacionalista, o controle do estabelecimento foi transferido para o grupo inglês Anglo em 1924. *De 1920 a 1932, a indústria de carnes [frigoríficos e charqueadas] deslocou-se principalmente para Bagé e Livramento, que matavam cerca da metade dos bovinos no Estado* (MARQUES, 1990, p. 33).

Além do surgimento dos primeiros frigoríficos, a primeira metade do século XX caracterizou-se pelo florescimento das cooperativas no Estado. Influenciados pelas iniciativas do jesuíta Theodor Amstadt (1851-1938), os pecuaristas gaúchos se associaram fundando várias cooperativas a partir de 1928 – almejavam vender seus animais por preços mais justos. Ao se associarem, reuniam capital para a instalação de abatedouros-frigoríficos, que produziam principalmente carnes frigorificadas, mas também charque. A “Cooperativa Sul-Rio-Grandense de Carnes”, fundada em 1931, foi empreendimento bem-sucedido de Marcial Terra, seu primeiro presidente (SILVEIRA, 2006). Nos anos seguintes dessa mesma década, foram fundadas: “Cooperativa Santanense”, “Sociedade dos Fazendeiros” (Bagé), “Cooperativa Gabrielense” e “Indústria Pedritense de Carnes”. De acordo com o Anuário Estatístico de 1983, do “Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes” (antiga “Cooperativa Sul-Rio-Grandense de Carnes”), existiam 16 cooperativas em atividade naquele ano, as quais eram responsáveis pelo abate de 43% de todo gado bovino do Estado (estabelecimentos privados abatiam outros 57%) (MARQUES, 1992). Algum tempo depois, a maioria dessas instituições extinguiu-se, por motivos diversos. Nos dias de hoje, infelizmente são poucas as cooperativas existentes na cadeia da carne bovina gaúcha.

Com o advento das câmaras frigorificadas, as charqueadas começaram a reduzir suas atividades gradualmente. Em verdade, muitas desapareceram, e outras foram convertidas em frigoríficos e fábricas de conservas. Em 1975, o charque correspondia a apenas 3,3% da carne bovina beneficiada pela indústria (MARQUES, 1990).

13 AS PASTAGENS

13.1 A INTRODUÇÃO E A DISSEMINAÇÃO DAS PASTAGENS CULTIVADAS

i) A introdução das pastagens artificiais no Rio Grande do Sul remonta ao século XIX, pois, segundo Anacreonte de Araújo, é provável que os imigrantes italianos tenham introduzido azevém anual (*Lolium multiflorum* Lam.) em 1875 (ARAÚJO, 1967). Experimentos com essa gramínea foram realizados no Posto Zootécnico da Serra na década de 1940 (PIMENTEL, 1950), e na Estação Experimental de Forrageiras de São Gabriel na década seguinte (POLI & CARMONA, 1966). O capim-quicuio, também grafado kikuyu, (*Pennisetum clandestinum* Hochst.) foi introduzido no centro-oeste brasileiro pelo Agr. Jorge Villares em 1924, propagando-se para vários estados do País nos anos seguintes (FONSECA *et al.*, 2010). Na 1ª Exposição Agropecuária de Tupanciretã, ocorrida em 1908, registra-se a comercialização de aveia-branca⁹ (*Avena sativa* L.), “que os estancieiros compravam para o plantio de pequenos quartéis para o trato de parelheiros, cavalos de montaria e algum touro de raça, com verdejo” (GOMES, 1966, p. 164). Sobre essa forrageira, escreveu Fortunato Pimentel em 1943:

A aveia é a nossa grande forrageira de inverno. É, sem dúvida, a forrageira mais cultivada no Estado durante os meses frios [...] A produção de aveia do Rio Grande do Sul, em 1940, atingiu a 7.000.000 quilos. Na produção nacional ocupa o nosso Estado o primeiro lugar, vindo a seguir o Paraná com 530.000 quilos (PIMENTEL, 1950, p. 111-112).

Os primeiros cultivos de milho (*Pennisetum americanum* L.) no Rio Grande do Sul ocorreram na Estação Zootécnica de Montenegro em 1929 (ARAÚJO, 1978).

A aveia-preta (*Avena strigosa* Schreb.), importante gramínea anual de inverno, foi introduzida em 1940 (CARVALHO *et al.*, 2010). Também em 1940, o cornichão (*Lotus corniculatos* L.) apareceu no Rio Grande do Sul, originando os trabalhos de seleção da leguminosa na Estação Experimental de São Gabriel, que culminaram no lançamento do cv. “São Gabriel” em 1955 (PAIM, 1988). Anacreonte de Araújo (1967), no entanto, alega ter recebido sementes da espécie já em 1930, vindas da França, as quais teria cultivado e, em

⁹ Saint-Hilaire observou, em 1820, grandes quantidades de *Avena sativa* em algumas regiões do Uruguai. Próximo a Carmelo, o botânico encontrou os gêneros *Echium spp.* e *Lolium spp.*, “plantas que provavelmente não são indígenas” (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 231).

seguida, propagado no Estado. Em 1931, já havia ensaios de trevo subterrâneo (*Trifolium subterraneum*) no Posto Zootécnico da Serra (P.Z.S) (PIMENTEL, 1950). Na década de 1930, havia ensaios de trevo-branco (*Trifolium repens* L.) e trevo-vermelho (*T. pratense* L.) no referido P.Z.S. (PIMENTEL, 1950), mas cremos que as introduções dessas leguminosas, no Rio Grande do Sul, tenham ocorrido muito antes, pois Eduardo Cotrim (1913), em seu clássico livro *Fazenda Moderna*, já as noticiava.

ii) Azevém anual, aveia-preta, cornichão, trevo-branco, trevo-vermelho e milho estão entre as principais pastagens artificiais atualmente utilizadas no Rio Grande do Sul. No melhoramento dos campos nativos, também são essas as espécies exóticas normalmente utilizadas, com exceção do milho e da aveia-preta.

Conforme vimos, o Estado já dispunha das seis espécies no ano de 1940. No entanto, a disseminação dessas forrageiras foi lenta. De acordo com dados do IBGE (2007), no ano de 1970, as pastagens cultivadas correspondiam a apenas 3,8% do total de pastagens do RS (ver tabela 3). A partir desse ano, sabemos que a área de pastagens cultivadas aumentou consideravelmente no Estado, pois, em 1980, representava 8% do total de pastagens (IBGE, 2007). Como o IBGE não nos fornece estatísticas relativas a essa questão para o período anterior à 1970, surge a pergunta: a partir de quando, efetivamente, a disseminação de pastagens cultivadas, no RS, ocorreu em larga escala? É o que tentaremos responder a seguir.

No dia 30 de outubro de 1947, o notável pecuarista Marcial Terra, então deputado estadual, proferiu um discurso na Assembleia Legislativa do Estado, tratando de meios possíveis para se produzir “um novilho com maior peso, de carne de alta qualidade, no menor tempo” (TERRA, 1961, p. 78). O deputado, referindo-se ao ano de 1945, externou:

Aumentado o nosso parque industrial de carnes, melhorado o nosso gado vacum, pelo uso constante de reprodutores de alta classe, racionalizada a defesa dos rebanhos pelo banho carrapaticida, pelo uso de vacinas, pela divisão e sub-divisão de invernadas, **devemos lamentar é que a criação, ao lado disso, não tivesse obtido aumento paralelamente à melhoria das pastagens e à produção de prados plantados** (TERRA, 1961, p. 62, grifo nosso).

Ato contínuo, o pecuarista de Tupanciretã referiu-se a locais onde o melhoramento do gado foi seguido, de modo intensivo, pelo das pastagens: Uruguai (*aveia e outras*) e Argentina (*alfafa, cebadillo criollo e outras*). Também relatou os experimentos conduzidos no Posto

Zootécnico da Serra no ano de 1941, onde novilhos Hereford foram engordados em pastagens de capim-quicuío e trevo-subterrâneo (*Trifolium subterraneum*). Ademais, os benefícios do quicuío e da alfafa são ressaltados. Todavia, as espécies exóticas de maior importância nos dias de hoje – aquelas seis as quais aludimos anteriormente – nem sequer são mencionadas, pois não eram utilizadas, em larga escala, nas fazendas de criação de gado. A reduzida utilização de pastagens artificiais naquela época é confirmada pelo Agr. Paulo Tholozan Dias da Costa, que escreveu em 1951: “Na estância, via de regra, a agricultura, quando há, é pouca. Limita-se a uns poucos hectares de pastos forrageiros e algumas árvores frutíferas abandonadas” (COSTA, 1951, p.30).

Com efeito, a utilização de pastagens cultivadas nas fazendas rio-grandenses foi aumentar, sensivelmente, somente em meados da década de 1960, provavelmente sob influência do Uruguai, país que já dominava a produção de sementes das espécies temperadas. Escreveu, Anacreonte de Araújo, em *Melhoramento das Pastagens*, livro cuja 1ª edição é datada de 1965:

As pastagens artificiais ou cultivadas estão em franca ascendência no Rio Grande do Sul. Começaram em pequenas áreas, como no Uruguai, pouco a pouco foram sendo aumentadas até alcançar superfícies de centenas de hectares, como as pastagens de cornichão e outras espécies que estão sendo semeadas no planalto (p. 57). *Sobre o capim-quicuío, dissertou:* foi a gramínea que teve maior disseminação no sul do Brasil nos últimos tempos (ARAÚJO, 1967, p. 123).

A manifestação de Anacreonte de Araújo é corroborada por um interessante relato de Laudelino T. Medeiros, em ensaio publicado em 1969:

Há todo um clima de discussão nas áreas de pecuária sobre vantagens e desvantagens das pastagens artificiais. Esta não é uma questão nova no Rio Grande do Sul, pois já nos últimos decênios do século passado, o governo se preocupava com as técnicas agrícolas e pecuárias e pelo menos em 1906 e 1907 se encontra referência às experiências que vinham sendo feitas com diversos tipos de plantas forrageiras, como “capim colônia”, “ervilhava”, “sulla”, “sanfeno”, “sorgho” e “trevos”. **Mas no momento se encontra a ideia em marcha e as experiências em escala de produtividade por todos os municípios de pecuária.** Como esta, outras técnicas em bovino e ovinocultura estão se generalizando (MEDEIROS, 1969, p.39, grifo nosso).

Em relação às pastagens cultivadas tropicais (incluindo o milheto), fundamentais à pecuária de outras regiões do país, e que vem ganhando cada vez mais importância no RS, sua difusão em larga escala também ocorreu a partir da década de 1960. Dilermando Miranda da Fonseca e colaboradores sintetizam seu histórico no Brasil:

No início, o estabelecimento das pastagens ocorreu de forma lenta em virtude de sua implantação por mudas, mas a partir da década de 1960, o processo de estabelecimento das pastagens passou a ocupar áreas maiores, em menor tempo, devido à importação, produção e utilização de sementes forrageiras (FONSECA *et al.*, 2010 p. 15)

A evolução da área de pastagem cultivada no Rio Grande do Sul, a partir de 1970, está expressa na tabela 3.

iii) A utilização de fertilizantes químicos a base de nitrogênio (N), fósforo (P) e potássio (K) em pastagens contribuí para maior produção forrageira, e, por conseguinte, maior produtividade animal. Juntamente com o advento das pastagens cultivadas e o melhoramento do rebanho, a fertilização química em ambientes pastoris impulsionou a pecuária brasileira.

Segundo José Bernardo de Medeiros Neto (1990), baseado em dados da ANDA (Associação Nacional para Difusão de Adubos e Corretivos Agrícolas), o consumo de fertilizantes a base de NPK, no Brasil, subiu, gradualmente, de 255.200 toneladas em 1964 para 3.209.000 toneladas em 1977. Em 1986, o consumo foi de 3.831.000 toneladas (MEDEIROS NETO, 1990). Obviamente a maior parte desse adubo foi utilizado na agricultura. Apesar disso, com base nesses dados podemos estimar o período aproximado em que a fertilização química em pastagens teve início, ainda que timidamente, no Brasil.

13.2 O CAMPO NATIVO

“As magníficas pastagens que cobrem a Capitania do Rio Grande e de Montevideu convidavam naturalmente os primeiros povoadores à criação de gado [...]” (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 321)

i) Quando os primeiros rebanhos de gado vacum, cavalari e ovelhum chegaram no Rio Grande do Sul, encontraram, nesse território, pastagens naturais em abundância, com gramíneas e leguminosas de alto valor nutritivo, que possibilitaram a rápida multiplicação dos animais. Em verdade, o bioma Pampa, que ocupa a metade sul do Estado e tem continuidade na República Oriental do Uruguai (BOLDRINI, 2009), contém cerca de 450 espécies de gramíneas forrageiras e mais de 150 espécies de leguminosas (BOLDRINI, 1997).

Os colonos alemães e italianos receberam pequenos lotes de terra no Estado. A pecuária de corte, atividade extensiva por excelência (SIMONSEN, 2005), é pouco viável em espaços reduzidos, fazendo com que os colonos substituíssem os campos naturais por lavouras de trigo, milho, fumo, entre outras. No início do século XX apareceu a cultura do arroz irrigado com levantes, primeira lavoura empresarial do Rio Grande do Sul (MÜLLER, 1998). Em 1920, o RS era a unidade da federação que mais possuía tratores, um total de 817 (IBGE, 2007). A título de comparação, a frota do 2º colocado, o Estado de São Paulo, correspondia a menos da metade (IBGE, 2007).

A soja tornou-se monocultura no Rio Grande do Sul já na década de setenta, quando a área cultivada saltou de 863.607 ha em 1970 para 3.113.286 ha em 1975 (CONCEIÇÃO, 1986) – grande parte dos colonos que dedicavam-se a outras lavouras, passaram ao cultivo quase que exclusivo da oleaginosa. Ademais, cerca de 1 milhão de hectares de campo nativo – tradicionalmente utilizados na exploração pecuária – foram convertidos em lavouras de soja nesse período. Fenômeno semelhante ocorreu nos 5 anos seguintes, conforme constata-se em dados fornecidos pelo IBGE (ver tabela).

Tabela 3 - Evolução da área de pastagens, lavouras e matas em relação aos rebanhos bovino e ovino do RS.
1970-2006

	1970	1975	1980	1985	1996	2006
Pastagens naturais	14.077.981	13.061.024	12.241.472	11.939.994	10.523.566	8.252.504
Pastagens plantadas	557.005	711.864	1.060.843	1.023.466	1.156.762	954.160
Lavouras temporárias	4.797.410	5.750.594	6.507.288	6.408.301	5.426.369	6.611.395
Lavouras permanentes	180.763	178.896	175.325	183.784	208.993	294.187
Matas plantadas	245.764	345.999	461.679	567.848	630.138	778.524
Rebanho Bovino	12.305.119	12.804.167	14.082.148	13.563.090	13.443.106	13.974.827
Rebanho Ovino	12.157.357	11.361.709	10.696.237	8.394.915	5.081.387	3.477.062

Fonte: IBGE, 2007

Nos anos seguintes, principalmente devido à abertura de novas áreas de lavouras (e repouso das áreas antigas), as pastagens nativas do Estado continuaram em rápido declínio, atingindo 8,2 milhões de hectares em 2006. Destas, 6,3 milhões correspondem ao bioma Pampa, ou seja, a metade da área original (HASENACK; CORDEIRO; COSTA, 2007). Ademais, esses campos se encontram, em boa parte, degradados por conta de manejos de pastoreio inadequados (*e.g.* carga animal excessiva), e também devido à invasão de pragas exóticas, como é o caso do capim-annoni (*Eragrostis plana*) (NABINGER *et al.*, 2013).

A Secretaria da Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Sul, ao importar sementes de capim de Rhodes (*Chloris gayana*) da África, na década de 1950, adquiriu, acidentalmente, sementes de *Eragrostis plana*, que estavam misturadas na remessa (FERREIRA, 2011). Pecuáristas gaúchos começaram a utilizar o capim-annoni com objetivo forrageiro, até mesmo comercializaram suas sementes, crendo que a persistência ao pastejo da planta era sinônimo de qualidade nutricional. Quando se descobriu que a espécie alienígena, além de apresentar baixo valor nutritivo, era pouco consumida pelos animais nos períodos de primavera e verão (época em que o campo nativo mais cresce), já era tarde demais, os campos encontravam-se infestados. Estima-se que atualmente 2 milhões de hectares de bioma Pampa, do Estado, estejam infestadas pelo referido capim (NABINGER *et al.*, 2013), colocando em risco sua biodiversidade florística.

ii) Ainda que o campo nativo do bioma pampa seja naturalmente propício ao gado de cria, pecuaristas progressistas procuraram melhorá-lo com a introdução de espécies forrageiras temperadas, a fim de garantir maiores ganhos de peso na famigerada entressafra de inverno.

Utilizou-se, para isso, espécies de azevém, trevo-branco, trevo-vermelho e cornichão. A respeito da época em que as pesquisas se voltaram a essa questão, escreveu o professor José Fernando Piva Lobato:

A fase de melhoramento forrageiro dos campos nativos do Rio Grande do Sul teve início efetivamente a partir dos anos 60. Mais precisamente em 1969/1970 os pesquisadores Ruben Markus, José Grossmann, Karl Mohrdieck e Ismar Leal Barreto, este com seu projeto S3CR11, identificavam espécies, valorizavam as já conhecidas e propunham a introdução de espécies de ciclo hiberno/primaveril, como o azevém, o trevo-branco e o cornichão cv. São Gabriel (LOBATO, 2009, p. 274).

Dados do IBGE não discriminam a área de campo nativo melhorado por adubação e sobressemeadura de espécies forrageiras de clima temperado, mas, segundo Carlos Nabinger (CARVALHO *et al.*, 2010), essa área, nos dias de hoje, corresponde a aproximadamente 8% da vegetação natural pastoreada no Estado.

14 A INTRODUÇÃO DE RAÇAS DE CORTE

“Quanto aos rebanhos, nem se pensava em raça ou seleção, apenas em quantidade” (LAYTANO, 1983, p. 91). Assim foi até meados do século XIX. Durante mais de 200 anos, subsistiam, tanto no Uruguai quanto no Estado do Rio Grande do Sul, somente raças “crioulas”, as quais descendiam dos rebanhos bravios das vacarias – como sabemos, o casco inicial desses animais eram as reses introduzidas no Rio Grande pelos jesuítas a partir de 1634.

Ainda no período colonial, tropeiros paulistas levaram gado das reduções à região de Franca (SP), onde, após um período de seleção, surgiu a raça Franqueiro. As características da seleção que originou a raça ainda permanecem desconhecidas. Posteriormente, exemplares da primitiva raça foram introduzidos nos Estados do Mato Grosso, Goiás, Paraná e Rio Grande do Sul (COTRIM, 1913). No nosso Estado, existiam grandes quantidades de bovinos Franqueiro nos Campos de Cima da Serra até meados do século XIX. Atualmente, são poucos os criadores gaúchos desse gado, os quais lutam para o perpetuar em suas regiões.

O surgimento do aramado permitiu o controle reprodutivo do rebanho e sua seleção. O Charolês, raça francesa originalmente apta ao corte, leite e trabalho, foi introduzida no RS em 1885. Ainda nos últimos anos do século XIX, criadores da Campanha importaram, do Uruguai, bovinos das raças Durham e Hereford (FRANCO, 2001). Em 1906 foi o ano em que Aberdeen-Angus, Devon e Shorthorn foram oficialmente introduzidos no Estado. Em relação às raças zebuínas, de acordo com Eduardo Cotrim (1913), a importação de zebus indianos ao Brasil começou em fins do século XIX. Não há informações precisas de quando o zebu entrou no Rio Grande do Sul.

14.1 CHAROLÊS

A Associação Brasileira de Criadores de Charolês fornece-nos um rico histórico da raça:

De acordo com os arquivos da Escola de Agronomia "Elyseu Maciel", da cidade de Pelotas/RS, no ano de 1885 chegaram àquela cidade dois reprodutores da raça Charolês, importados da França pelo Governo Imperial. Os dois reprodutores foram confiados a dois estancieiros de renome na época: Heleodoro de Azevedo e Souza e Mancio de Oliveira. Da continuidade daquelas criações não se têm registros. Atribui-se a importação do Governo Imperial à influência do médico veterinário Mr. Claude

Rebougeon. Este técnico francês foi contratado pelo Governo do Império para estudar a localização de uma escola de Agronomia e Veterinária no Rio Grande do Sul.

Na época, Pelotas concentrava todos os estabelecimentos industrializados de carne no Estado: as charqueadas. Por este motivo a região foi escolhida. Não há dúvidas quanto à influência do veterinário francês na importação. Contam os antigos estancieiros da região que o gado branco ou barroso era denominado de "gado Rebougeon". [...]

Em 1901, "Don" Aníbal [*Aníbal José de Souza, brasileiro radicado no Uruguai*] enviou a seu sobrinho, João de Souza Mascarenhas, cinco exemplares da raça, todos puros por cruz, sendo quatro novilhas e um tourinho.

Na época, João Mascarenhas não era criado, mas comerciante de gado na Estância Capão Alto, no município de Bagé. Por isto, os cinco animais ao seu irmão, Cypriano de Souza Mascarenhas, estancieiro do município de Júlio de Castilhos. Ele estava procedendo cruzamentos do gado comum - "crioulo" ou "franqueiro" - com touros Hereford e Durham, importados do Uruguai. Usou o tourinho Charolês em vacas crioulas. Os produtos obtidos desta cruz apresentavam-se muito mais desenvolvidos do que os obtidos com as cruzas das raças inglesas. Em vista do bom resultado obtido com este cruzamento experimental, Cypriano encomendou a seu tio Aníbal dez touros puros por cruz.

A importação ocorreu no ano de 1904, considerada a data da primeira importação de Charolês para o Estado do Rio Grande do Sul. No ano de 1906, Cypriano adquiriu da mesma procedência cinquenta touros.

Em 1910, tendo resolvido utilizar somente reprodutores Charolês em sua estância, encomendou os cinquenta reprodutores. Neste ano, Don Aníbal não criava mais Charolês.

A propaganda das raças inglesas, promovida no Uruguai pelos frigoríficos, todos de firma britânicas, desestimulava a utilização de outras raças. Naquela época, buscavam-se bovinos que produzissem carne com grande cobertura de gordura, que era exigência do mercado consumidor europeu.

Esta característica a raça Charolês não possuía e não possui. Em vista disto, Cypriano viu-se na contingência de ir buscar reprodutores no país de origem da raça. Para tanto, no ano de 1911, importou da França dois tourinhos. Foi a primeira importação de Charolês promovida por um particular.

No ano de 1913, mais dois tourinhos foram importados pelo mesmo criador, da mesma procedência.

Com o advento da Primeira Grande Guerra, as importações tornaram-se impraticáveis. Dois anos após terminada a guerra, em 1918, Cypriano reiniciou as importações, sempre com dois reprodutores.

No ano de 1927 foram importadas da França duas novilhas, o que possibilitou a abertura do Herd Book da raça no Brasil.

Em 1922, por ocasião da Grande Exposição Nacional, realizada no Rio de Janeiro, promovida pelo Governo Federal, fazendo parte do centenário da Independência Nacional, juntamente com outras comemorações, a França apresentou um plantel de 20 exemplares da raça. Concluída a exposição, o mencionado plantel foi doado pelo governo da França ao Governo Brasileiro [...]

Em 1931, os animais foram transferidos para Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul, que o concentrou no Posto Zootécnico da Serra, em Tupanciretã, atual Estação Experimental Zootécnica daquela cidade. Os animais somavam 31 ou 32 fêmeas de todas as idades. O plantel continuou na referida estação, atualmente constituído por algumas dezenas de exemplares, que prestam bons serviços à criação do Charolês no Estado. (CHAROLÊS, 2015, p. 1)

14.2 DURHAM

É a raça que originou o Shorthorn. O historiador Sérgio da Costa Franco (2001) aponta que, nos últimos anos do século XIX, exemplares da raça foram introduzidos em fazendas de Jaguarão. Em 1906, fazendeiros uruguaios, tais como Fripp e Manoel José Menezes, trouxeram bovinos Durham para os Campos de Cima da Serra (GOMES, 1966).

14.3 HEREFORD

Segundo dados da Sociedade de Criadores de Hereford do Uruguai (HEREFORD, 2015), há indícios de que os primeiros animais da raça chegaram naquele país em 1841. Mas os primeiros registros documentais aparecem somente em 1864, ano em que exemplares da raça foram importados diretamente da Inglaterra pelos Srs. Carlos e Roberto Young, proprietários dos estabelecimentos “Las Averías” e “La Torre Alta”.

Na Argentina, a primeira importação de animais Hereford puros ocorreu em maio de 1862, pelo Sr. Leonardo Pereyra, que os importou da Inglaterra, para sua cabanha “San Juan”. No Rio Grande do Sul, a introdução do Hereford ocorreu a partir do Uruguai. Reprodutores da raça foram introduzidos em fazendas de Jaguarão no findar do século XIX (FRANCO, 2001). Em 1906, há registro de novas introduções. Um ano depois, Laurindo Brasil, de Bagé, fez o primeiro registro no “Herd Book Collares”, inscrevendo um touro argentino. Em 1910, registraram-se os primeiros ventres, oriundos do Uruguai.

14.4 DEVON

O diplomata, político e pecuarista J. F. Assis Brasil introduziu, no Rio Grande do Sul, os primeiros exemplares da raça Devon em 1906, importados da cabana uruguaia Lorraine, próxima a Paysandú, pertencente ao Dr. G.J. French. Os animais não tiveram registro no Brasil, mas essa importação assegurou sua difusão no País (BARCELLOS, 2015). Mais tarde, J.F. Assis Brasil importou outros animais da raça diretamente da Inglaterra.

Sua filha, Cecília Assis Brasil, escreveu um formidável diário, publicado postumamente, no qual descobrimos sua inteligência e simplicidade. A 24 de outubro de 1916, quando tinha 17 anos, anotou:

Estive muito tempo parada, admirando os lindos touros Devon há pouco chegados. São duas magníficas estampas. O que tem “C N 2” na guampa é o meu predileto. Estou morta por saber como se chamam. Demos umas voltas a pé, de tarde, e as minhas companheiras tentaram convencer-me que São Paulo ou Paris são melhores do que o Ibirapuitã. Quando for a esses lugares saberei ao certo, mas por enquanto agarro-me ao meu ideal: a vida do campo. Sou assim, e agora? (ASSIS BRASIL, 1983, p. 12).

O primeiro exemplar da raça apareceu nos Campos de Cima da Serra em 1912, por intermédio de J.F. Assis Brasil, que enviou um touro à Fazenda do Prata, propriedade de Fermino Jacques, situada no atual município de André da Rocha. Na época, o pecuarista já era criador da raça Hereford. Conta-se que o touro andou 100 km por terra até chegar à fazenda.

O Visconde de Magalhães, de Bagé, importou o primeiro animal que foi registrado no Brasil em 1914.

14.5 ABERDEEN-ANGUS

A raça Angus, juntamente com a raça Hereford, constituem as raças puras atualmente mais criadas no Rio Grande do Sul. Na Argentina, as primeiras importações a partir da Grã-Bretanha começaram em 1879 (ANGUS, 2015), e, no Uruguai, em 1888 (ABERDEEN ANGUS, 2015). Os primeiros bovinos Angus chegaram no Brasil inicialmente pelos campos de Bagé. Vejamos o histórico da raça fornecido por Amilton Cardoso Elias (2015), Superintendente da Associação Nacional de Criadores "Herd-Book Collares":

A história da raça Aberdeen Angus começa a ser escrita no Brasil a partir do longínquo ano de 1906¹⁰. É concomitante com o início dos registros. Àquela época, o recém-criado Serviço de Registro Genealógico para todas as espécies de animais domésticos, por inspiração e obra do Dr. Leonardo Brasil Collares, proporcionou essa possibilidade.

No dia 1º de setembro daquele ano o criador Leonardo Collares Sobrinho, do município de Bagé, no Rio Grande do Sul, apresentava para registro o touro Puro de Pedigree, de nome Menelik, nascido em 30 de setembro de 1901, que fora importado do Uruguai. Da criação de Félix Buxaréu y Oribe, fora lá inscrito originalmente sob o

¹⁰ No entanto, há registro de que bovinos da raça Angus foram trazidos à primeira Exposição de Bagé, ocorrida em 1903 (FARSUL, 1997).

número HBU23, numa prova de que os serviços de registro, naqueles tempos, também eram incipientes no vizinho país. Era filho do touro Proud Rover , registrado no HBU4 com a vaca RUBY 33 OF Powrie , de HBU3. Foi preciso que transcorressem oitenta anos para que se atingisse a cifra de cinquenta mil animais registrados como Puros de Pedigree (hoje denominados Puros de Origem). [...] O HBB 50.000 coube ao animal [...] nascido em 15 de dezembro de 1986 e registrado em 31 de março de 1987. (ELIAS, 2015, p.1)

Na década de 90, o interesse pela raça cresceu enormemente no Rio Grande do Sul, situação que permanece nos dias de hoje. Amilton Cardoso Elias (2015, p.1) continua: “Não foram necessários mais do que dezessete anos para que se registrassem os próximos cinquenta mil animais. Era só o dia 05 de maio de 2004 quando, no HBB 100.000, foi inscrita a terneira [...], nascida em 06 de dezembro de 2003 e que era de pelagem preta.”

14.6 SHORTHORN

Segundo informações contidas no *site* “Shorthorn Brasil” (2009, p.1), “a raça teve seu Herdbook aberto no ano de 1906 com o touro importado "Count Barrington", por Martin Silveira, de Bagé. O registro foi feito pelo então chamado Registro Genealógico Riograndense, hoje Associação Nacional de Criadores Herdbook Collares”. Nesse mesmo ano e município, o Visconde de Ribeiro Magalhães importou um exemplar da raça diretamente da Inglaterra (PIMENTEL, 1950).

15 EVOLUÇÃO DO REBANHO BOVINO

A crônica do Pe. Simão de Vasconcellos, datada de 1663, relata a situação da pecuária rio-grandense de sua época: “é notável por aqui a bondade da erva, os campos não têm fim, o número de gado são milhões, donde só pelos couros se mata, e se carregam muitos navios deles, deixando a carne por inútil” (VASCONCELLOS, 1663, p. 147). Sebastião Ferreira Soares, reportando-se ao mesmo período, anotou em obra publicada no ano de 1860: “tal era a abundância do gado vacum e cavalariço, que se matavam milhares só para aproveitar os couros, ficando a carne sobre o campo para os abutres” (SOARES, 1860, p. 174).

Do mesmo modo, Pe. Aires de Casal, ao escrever sobre a pujança da dieta dos rio-grandenses nos princípios do século XVIII, leva-nos a imaginar as proporções do rebanho bovino que havia na Capitania:

Toda a guerra era contra as vitelas; e de ordinário uma não chegava para o jantar de dois camaradas; porque acontecendo quererem ambos a língua, tinham por mais acertado matar segunda, do que repartir a da primeira.

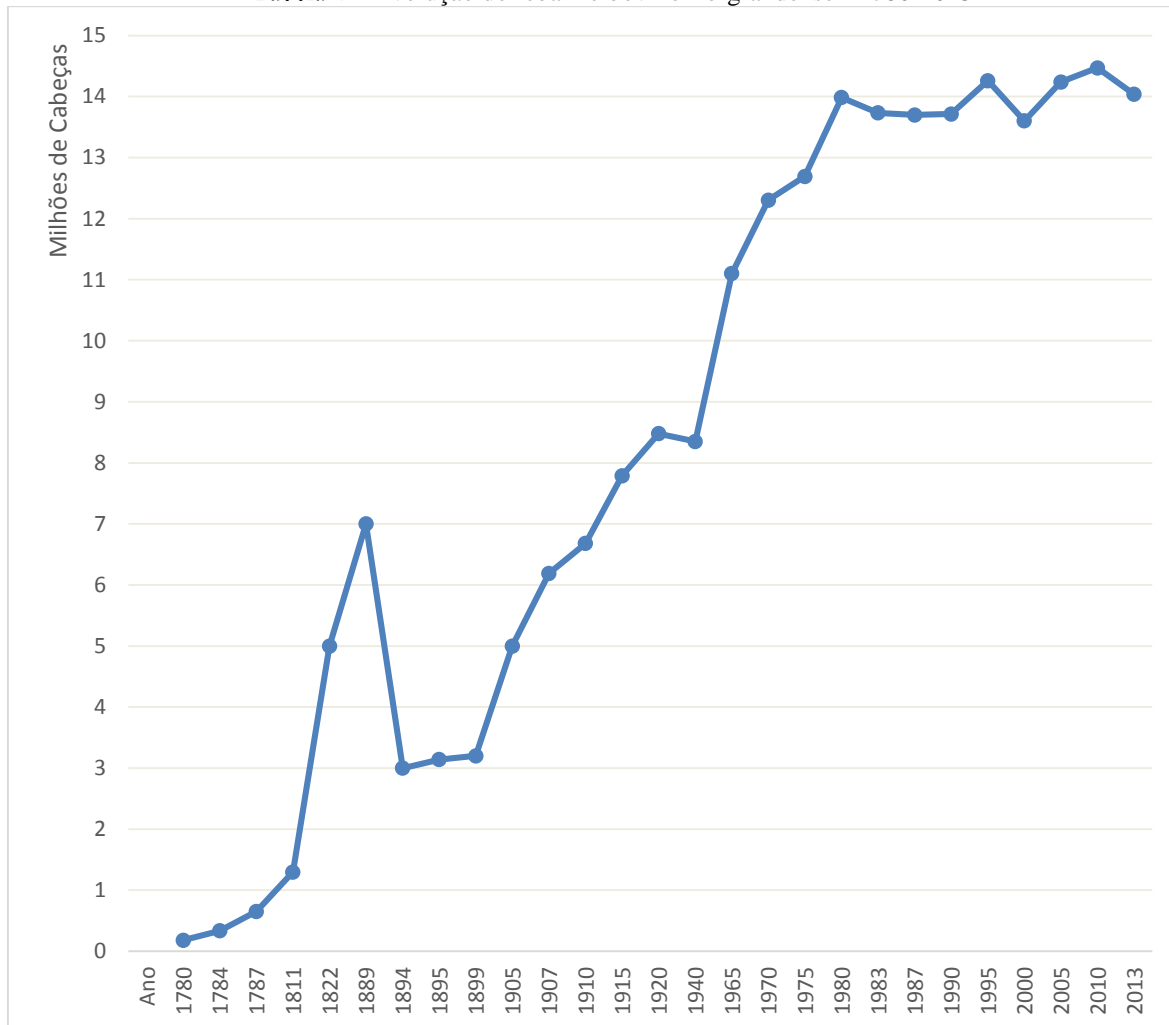
Havia homem que matava uma rês pela manhã para lhe comer um rim assado: e para não ter o incômodo de carregar uma posta de carne para jantar, onde quer que pousava, fazia o mesmo àquela que melhor lhe enchia o olho. Não havia banquete, onde não aparecesse um prato de vitelhinha recém-nascida (CASAL, 1817, p. 71).

Quanto aos números, um documento datado de 1722 noticiava que chegaram a existir mais de 4 milhões de bovinos na antiga Banda Oriental (atuais Rio Grande do Sul e Uruguai), e que tais rebanhos já se encontravam quase dizimados naquele ano (CONI, 2011). De fato, vinte anos depois, já não havia mais gado na Vacaria do Mar. Em 1780 apareceu a primeira estatística dos rebanhos rio-grandenses, na qual apurou-se 179.405 bovinos, 113.644 equinos, 6.528 muares, 4.002 asininos e 3.218 ovinos (LAYTANO, 1983). Devido aos abates desenfreados, em menos de 50 anos os rebanhos bovinos foram reduzidos de *milhões* de cabeças para menos de 200 mil. Além do esgotamento da Vacaria do Mar, sabemos que fracassou o plano dos jesuítas relativamente à Vacaria dos Pinhais.

Nova estatística é remetida ao Vice-Rei em 1787, desta vez discriminando os diferentes rebanhos existentes na Capitania: bovinos, 651.619; equinos, 186.470; muares, 9.371; asininos, 1.826 e ovinos, 32.945 (ver apêndice para os dados de cada município). O rebanho bovino mais que triplicou apenas em sete anos, nos revelando que gado vacum provavelmente foi trazido do Uruguai. Apesar dos rebanhos bovinos do Rio Grande do Sul dessa época corresponderem a menos de 5% dos números atuais, é importante ressaltar, conforme advertiu Pauwels

(LAYTANO, 1950), sua importância para o Estado, pois equivaliam a uma proporção de quinze bovinos para cada habitante. No século XXI, a proporção caiu para apenas 1.25.

Tabela 4 - Evolução do rebanho bovino rio-grandense - 1780-2013



Fontes: LAYTANO, 1983, p. 89; MARQUES, 1987, p. 55; MÜLLER, 1998, p. 130; IBGE 2007, p. 1.

O primeiro quartel do século XIX foi um período próspero para os criadores e charqueadores rio-grandenses (FRANCO, 2001) – seus concorrentes uruguaios encontravam-se desorganizados por conta das agitações pela independência em seu país (FRANCO, 2001). Assim, o charque produzido no Rio Grande do Sul ganhou novos mercados, principalmente após a abertura dos portos concedida por D. João VI em 1808, ano em que a Capitania foi elevada a Província (GOMES, 2010). Após o período de euforia, no entanto, as charqueadas rio-grandenses entraram em uma fase de estagnação. Segundo vários autores, a crise da indústria saladeril – mormente pela excessiva carga tributária – foi uma das causas econômicas da Revolução Farroupilha (1835-1845) (para uma análise detalhada, ver MARQUES, 1992, p.

91-95). A limitação da abrangência a que se propõe o presente trabalho, impede-nos de abordar o tema e suas controvérsias, mas transcrevemos interessante *insight* de Sérgio da Costa Franco, sobre a Revolução de 35:

Muito embora a economia sul-rio-grandense não pudesse excluir e dispensar o mercado consumidor das provinciais do Sudeste e do Nordeste, a chantagem do separatismo, explícita ou sob a forma de jeitosas insinuações, foi repetidamente usada como instrumento de barganha (FRANCO, 1998, p. 281-282).

Os dez anos de Revolução foram prejudiciais para os principais agentes econômicos da época, os criadores e charqueadores, pois além das estâncias sofrerem saques constantes, a disponibilidade de sua mão-de-obra ficou reduzida, por conta do constante recrutamento militar. Elmar Bones da Costa e colaboradores (1998, p. 145) afirmam: “no último ano da guerra, os abates nas charqueadas mal chegaram a 100 mil cabeças, um terço dos anos anteriores”. Além disso, o porto de Rio Grande permaneceu em poder das forças imperiais, o que prejudicou o comércio. Contudo, Alvarino Marques (1992) assegura que as exportações de charque por este porto mantiveram-se relativamente altas.

Terminada a Revolução Farroupilha, o rebanho bovino do Rio Grande do Sul encontrava-se sensivelmente reduzido (BRITO, 1979; GOMES, 1966). Isso não impediu, contudo, que a indústria pastoril se recuperasse. O “Tratado de Ponche Verde” trouxe benefícios para a indústria saladeril, principalmente com a criação de uma taxa de 25% sobre o charque estrangeiro (MARQUES, 1992). Desse modo, as charqueadas rio-grandenses voltaram a exportar regularmente, e o gado *vacum* valorizou-se de modo progressivo (FRANCO, 2001). Quanto aos números, infelizmente não dispomos de estatísticas referentes ao período 1822-1889. Após 1845¹¹, todavia, certamente houve crescimento dos rebanhos (FRANCO, 2001). A partir de 1870, apareceram as cercas de arame na paisagem da Campanha – investimento favorecido pela valorização da carne (COSTA, 1998). A 1ª Exposição Provincial Agrícola e Industrial foi inaugurada em 1886, no “Campo da Redempção”, atual Parque Farroupilha

¹¹ É mister discriminar os animais destinados ao leite e ao corte. No Rio Grande do Sul, a pecuária leiteira, assim como a avicultura e a suinocultura, começou a se desenvolver a partir da chegada dos imigrantes alemães em 1824 (SOARES, 2014). Uma investigação relativa à evolução da criação de gado leiteiro no RS foge do escopo do presente trabalho. Para nós, basta dizer que a atividade deu um salto na década de 1970 – a produção, que estava estagnada em 650 milhões de litros/ano no final da década de 60, subiu para 1,24 bilhão de litros no ano de 1980 (MÜLLER, 1998). A partir de então, a produção de leite no Estado cresceu progressivamente, atingindo o volume de 3,9 bilhões de litros em 2012. Nesse ano, de acordo com ANUALPEC (2013), 19,35% do rebanho bovino gaúcho foi destinado ao leite. Os pesquisadores Gustavo de Sousa e Silva e colaboradores (2014), no entanto, afirmam que apenas 10% dos bovinos criados no Rio Grande do Sul são atualmente destinados exclusivamente à produção de leite.

(FARSUL, 1997). Em 1890, o charque, o couro e seus subprodutos representavam dois terços das exportações do Rio Grande do Sul (COSTA, 1998).

Segundo Alvarino Marques (1992), o rebanho bovino gaúcho diminuiu drasticamente durante o período da Revolução Federalista (1893-1895). Depois do conflito, no entanto, houve uma nova fase de prosperidade na pecuária gaúcha, que se estendeu até 1920 (MÜLLER, 1998) – os exércitos envolvidos na Primeira Grande Guerra (1914-1918) demandaram grande quantidade de carne processada e charque do Rio Grande.

O período de bonança não se sustentou nos anos 20. No início da referida década, o Rio Grande do Sul ainda possuía o maior rebanho bovino do país, e cerca de 40% do PIB do Estado derivava da atividade pastoril (COSTA, 1998). Terminada a Grande Guerra, a atividade mergulhou em crise profunda, principalmente a partir de 1921, porquanto os países europeus reduziram suas importações de produtos agropecuários.

Em relação à produção industrial, o Rio Grande do Sul perdeu espaço, no primeiro quartel do século XX, para o estado de São Paulo – riquíssimo em virtude das exportações de café. Em 1907, a produção industrial do RJ representava 33,1% da nacional, seguido por SP, 16,5% e RS, 14,9%. Juntos, formavam o “tripé do poder econômico e político do Brasil” (COSTA, 1998, p. 218; 265). Em 1920, as percentagens são bem diferentes: RJ, 20,8%; SP, 31,5%; RS, 11% (COSTA, 1998).

Tabela 5 - Exportações gaúchas – 1891-1927

	1891	1890	1923	1927
Produtos pastoris	74%	54%	19%	17%
Produtos coloniais	5%	29%	31%	43%

Fonte: COSTA, 1998, p. 244

A crise ocasionou maior união da classe. Em 24 de maio de 1927, ocorreu o I Congresso de Criadores do Rio Grande do Sul, no Theatro São Pedro, onde o governador do Estado, Borges de Medeiros, ao inaugurar a primeira sessão do evento, discursou:

“Senhores criadores: associai, organizai uma direção central, criai os organismos necessários à defesa de vossa indústria. Individualmente e isolados continuareis a ser fracos e impotentes, mas organizados e unidos pela solidariedade e cooperação sereis uma força invencível” (FARSUL, 1997, p. 13).

As palavras de Borges de Medeiros tiveram efeito imediato. Naquele mesmo dia, as lideranças da classe ruralista propuseram a fundação de uma Federação que representasse os interesses dos agropecuaristas – proposta que foi aplaudida e aprovada por unanimidade. Dois

dias depois, foram aprovados os estatutos da FARSUL. A primeira diretoria foi composta por Ricardo Machado (Presidente), João Py Crespo (1º Vice), Antônio O. Macedo (2º Vice), João Luiz Gomes (3º Vice), Delfim de Mesquita Barbosa (1º Secretário), Domingos de Mascarenhas (2º Secretário), Octávio Barreto (1º Tesoureiro) e Bruno Linck (2º Tesoureiro) (FARSUL, 1997).

As dificuldades para o setor, no entanto, continuaram. Em 1928, proibiu-se a exportação de charque por meio de portos estrangeiros. O novo regulamento desmantelou as charqueadas da fronteira oeste, as quais utilizavam o porto de Montevideo para escoar sua produção (COSTA, 1998). No ano seguinte, a crise agravou-se. Em 24 de outubro de 1929 ocorreu o *crash* da bolsa de valores de Nova Iorque, com graves consequências nos mercados financeiros internacionais. No Rio Grande do Sul, o Banco da Província suspendeu novos empréstimos aos pecuaristas. Investimentos governamentais em logística – importante gargalo do setor – minguaram. Em relação à diminuição nas exportações de carne durante esse período, Elmar Bones da Costa *et al.* sintetizam:

As exportações de charque caíram de 61 mil toneladas, em 1927, para 32 mil toneladas em 1930. Os frigoríficos, surgidos durante a guerra europeia com capital próprio dos pecuaristas, também sofrem o impacto dos altos custos de produção e não conseguem competir. Fecham ou são vendidos para concorrentes estrangeiros, como aconteceu com o Rio-grandense, absorvido pela Wesley Brothers, empresa inglesa. A exemplo do charque, a exportação de carne frigorificada também caiu, de 47 mil toneladas, em 1930, para 21 mil toneladas no ano seguinte. A crise do setor tradicional é amenizada pela expansão da produção agrícola, tanto nas lavouras tecnificadas em grandes propriedades, como o arroz, quanto a pequena propriedade de exploração familiar na região colonial (COSTA, 1998, p. 244).

De acordo com Carlos Alves Müller (1998, p. 110), o fundo do poço foi em 1933, pois “o rebanho bovino, em queda desde 1928, atingiu o menor número”.

Em meados década de 1930, o charque deixou de ser o principal produto de exportação do Rio Grande do Sul, dando lugar à carne processada (MÜLLER, 1998). Em 1940, o rebanho bovino gaúcho deixou de ser o maior do País, posição que passou a ser ocupada por Minas Gerais (ver tabelas 7 e 8).

De 1940 a 1980, o rebanho bovino gaúcho cresceu aproximadamente 67,5%. O significativo aumento do número de cabeças, no entanto, não foi suficiente para fazer com que a pecuária gaúcha retornasse à posição de destaque em relação à pecuária de outros estados brasileiros – os efetivos bovinos de outras regiões do país aumentaram em proporções semelhantes ou ainda maiores. Outrossim, a pecuária gaúcha perdeu importância em nível

estadual no referido período, sobretudo após o desenvolvimento da lavoura empresarial, que ocorreu principalmente a partir da década de 1960. O estudo realizado pela FEE, *25 anos de Economia do RS*, publicado em 1975, esclarece essas transformações:

Tabela 6 - Variação do Valor Bruto da Produção Primária (%) - 1948-75

Ano	Pecuária Tradicional	Agropecuária Colonial	Lavoura Empresarial
1948	13	60	27
1950	21	51	27
1953	17	51	31
1955	16	46	38
1958	18	55	25
1960	20	54	26
1963	28	48	23
1965	19	52	29
1968	12	57	31
1970	14	47	39
1975	8	41	51

Fonte: FEE, 1978, p. 99

A partir do ano de 1980, o tamanho do rebanho bovino gaúcho estabilizou-se em aproximadamente 14 milhões de cabeças – situação que permanece até hoje (MÜLLER, 1998, p. 237). Conforme examinamos em capítulo anterior, a área ocupada por gado *vacum* diminuiu sensivelmente a partir de 1960. Assim sendo, a manutenção do tamanho do rebanho bovino gaúcho foi possível por dois motivos principais: ocupação de áreas outrora destinadas à ovinocultura (ver tabela 9) e aumentos em produtividade, a qual será objeto de análise no próximo capítulo.

Tabela 7 - Evolução do rebanho bovino nas diferentes unidades federativas

	1920	1940	1950	1955	1956	1957	1958
MG	7.333	7.772	10.509	13.708	14.499	15.171	15.597
MT	2.831	2.137	3.528	7.956	8.444	8.932	9.957
SP	2.441	3.18	5.919	8.957	9.363	9.961	10.197
RS	8.489	7.465	9.223	9.174	9.303	9.419	9.403

Fonte: IBGE *apud* MARQUES, 1992, p. 40

Tabela 8 - Evolução do rebanho bovino nas diferentes unidades federativas

	1974	1980	1984	1994	2004	2006	2009
MG	17.077.395	19.614.547	19.901.557	20.707.367	21.622.779	22.203.154	22.469.791
MT	11.873.569	5.249.317	6.787.575	12.653.943	25.918.998	26.064.332	27.357.089
SP	10.192.202	11.867.074	11.487.510	12.973.841	13.765.873	12.790.383	11.197.605
RS	12.960.804	14.082.148	13.547.584	14.556.224	14.669.713	13.974.827	14.366.298
MS	-	11.904.494	13.882.717	22.244.427	24.715.372	23.726.290	22.325.663
GO	10.976.757	16.453.598	20.003.725	18.397.064	20.419.803	20.646.560	20.874.943

Fonte: IBGE, 2007, p. 1

Em relação ao rebanho ovino do Estado, ocorreu drástica diminuição do número de cabeças a partir da década de 70, ocasionada pela queda do preço da lã – fenômeno ocorrido globalmente, por conta do surgimento e popularização das fibras sintéticas.

Tabela 9 - Evolução do rebanho ovino rio-grandense

1907	2.445.748
1935	8.272.780
1940	6.135.560
1970	12.157.357
1975	11.361.709
1980	10.696.237
1985	8.394.915
1996	5.081.387
2006	3.477.062

Fonte: PIMENTEL, 1950, p. 65; IBGE, 2007, p. 1

16 PRODUTIVIDADE – ÍNDICES RECENTES

Devido à incidência solar reduzida e às baixas temperaturas, a taxa de crescimento do campo nativo diminui drasticamente nos meses de junho, julho e agosto no Rio Grande do Sul. Quando mantidas as lotações utilizadas na primavera e no verão durante o período invernal, torna-se inevitável a escassez das pastagens naturais, impossibilitando o engorde e, algumas vezes, ocasionando perda de peso. Esse é o problema histórico da pecuária de corte gaúcha, que ocasiona, direta ou indiretamente, os baixos índices de produtividade da atividade no Estado (SIEWERDT, 1980). No tempo das charqueadas, provocava a entressafra, época em que o abate cessava completamente (MARQUES, 1990). Foi principalmente a partir da disseminação das pastagens temperadas anuais (azevém e aveias), que a terminação de gado em larga escala tornou-se viável no inverno.

A Terra e o Homem foi um livro publicado em 1963 pelo médico e pecuarista Antônio Saint Pastous, presidente da FARSUL naquele ano. Em dado momento da obra, o autor queixa-se, além da falta de reservas forrageiras no inverno, do “baixo nível de desfrute para o mercado de abate, na média de 11 a 13%, e com precária percentagem de rendimento” (PASTOUS, 1963, p. 155).

José Fernando Piva Lobato (1980) fornece-nos proveitosos dados obtidos a partir do Boletim da 38ª Etapa de Vacinação Antiaftosa (Secretaria da Agricultura), referentes ao rebanho bovino gaúcho de 1978, os quais aqui transcrevemos:

Tabela 10 - Distribuição do rebanho bovino gaúcho em 1978

Especificação	Quantidade	%
Touros de 1 a 2 anos	50.716	0,44
Touros de + de 2 anos	176.197	1,52
Bois	540.323	4,64
Novilhos de + 4 anos	396.525	3,41
Novilhos de 3 anos	709.188	6,09
Novilhos de 2 anos	838.563	7,21
Novilhos de 1 ano	806.279	6,93
Vacas de invernar	242.788	2,09
Ventres	3.876.902	33,31
Vaquilhonas de 2 anos	1.186.014	10,19
Vaquilhonas de 1 ano	971.882	8,35
Terneiros (as)	1.841.828	15,82

Fonte: LOBATO, 1980, p. 193

Em 1978, portanto, tínhamos taxa de desmame equivalente à 47,5%. Outros índices de produtividade da época são informados pelo agrônomo Lotar Siewerdt:

[...] Assim, podemos enumerar: a baixa taxa de desfrute (10 -11%); a elevada idade de abate (4-5 anos); a baixa taxa de natalidade (50%); a baixa taxa de desmame (45%); a baixa produtividade (relação entre a carne produzida e o total do rebanho – 18 kg de carne/ano); etc. Todas estas concorrentes negativas são, na realidade, ocasionadas pela oscilação na alimentação do rebanho e, principalmente pela reduzida alimentação (qualidade e quantidade) no período de inverno (SIEWERDT, 1980, p.159).

No estudo *Pecuária: Atraso ou Modernização*, elaborado por economista da FEE e publicado em 1995, encontramos importante comparativo entre a produtividade do gado de cria dos rebanhos gaúcho e paulista nos anos de 1970 e 1985 (segundo a autora, os dados brutos são provenientes de Censos Agropecuários – IBGE). Enquanto a taxa de desmame do rebanho paulista apresentou melhora considerável em 15 anos, no Rio Grande do Sul, o avanço do referido índice foi mínimo.

Tabela 11 - Taxa de natalidade nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul nos anos de 1970 e 1985

	Vacas	Nascidos	Taxa de natalidade (%)
São Paulo			
1970	2.856.569	1.564.668	54,77
1985	3.893.241	2.517.813	64,67
Rio Grande do Sul			
1970	4.190.042	2.062.082	49,21
1985	4.757.473	2.379.692	50,02

Fonte: FÜRSTENAU, 1995, p. 263

Tabela 12 - Taxa de mortalidade nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul nos anos de 1970 e 1985

	Terneiros mortos com menos de um ano	Taxa de Mortalidade (%)
São Paulo		
1970	-	-
1985	211.442	8,4
Rio Grande do Sul		
1970	-	-
1985	157.603	6,62

Fonte: FÜRSTENAU, 1995, p. 263

Ao associar a taxa de natalidade com a taxa de mortalidade, obtemos a relação *terneiro : vaca* (T:V), ou mais comumente chamada de taxa de desmame (SILVA *et al.*, 2014). Não possuímos a taxa de mortalidade referente à 1970, mas ao estimá-la em 5%, obtemos taxas ao desmame de 52% em São Paulo e de aproximadamente 47% no Rio Grande do Sul. Em 1985, esse índice manteve-se em 47% no Rio Grande do Sul, e evoluiu para 59% no Estado de S. Paulo.

Relativamente ao início da década de 90, Marinês Zandavali Grando *et al.* (1996) afirmam que taxas de desfrute próximas a 10% foram mantidas no Rio Grande do Sul durante esse período. Os autores, no entanto, ressaltam que se fossem considerados números extraoficiais de abate clandestino, o desfrute do Estado chegaria a 15%. Apesar disso, o valor é baixo quando comparado ao desfrute de países onde a pecuária é, igualmente, majoritariamente extensiva, tais como Austrália, Nova Zelândia, Uruguai e Argentina. Atentemos aos dados publicados pela FAO em 1993, os quais foram reproduzidos em *Pecuária: Atraso ou Modernização*:

Tabela 13 - Taxa de Desfrute (%)

	1990	1991	1992
Brasil	8,9	9,1	9,1
Uruguai	18,2	16,6	16,7
Argentina	24,4	25,2	24
Austrália	34,2	35,4	36,9
Nova Zelândia	33,5	36,2	34,3
Estados Unidos	35,9	34,7	34,6

Fonte: FÜRSTENAU, 1995, p. 255

Gustavo de Sousa e Silva e colaboradores (2014) realizaram importante estudo quantitativo intitulado *Panorama da Bovinocultura no Rio Grande do Sul*. Os resultados desse trabalho expuseram vários dados alusivos à situação atual do rebanho bovino gaúcho, entre os quais encontramos: relação T:V média de 57 terneiros para cada 100 vacas de corte (índice variável de acordo com o tamanho da propriedade, porquanto nas fazendas com mais de 500 animais, essa relação sobe para 63,6%, e naquelas com menos de 500 animais, a relação oscila entre 52,43-53,5%); em relação à porcentagem de bovinos por categoria, os terneiros (machos e fêmeas) correspondem à 21,97% do rebanho gaúcho (corte e leite); os machos com idade superior à 36 meses equivalem à 6,22%; e, por fim, as fêmeas com idade superior à 36 meses representam 38,95% (SILVA, *et al.*, 2014).

Assim sendo, ao comparar o rebanho bovino gaúcho de 1978 com o atual, notamos que a categoria dos machos com idade superior a 3 anos foi reduzida em aproximadamente 30%. Além disso, a taxa de desmame, que se manteve próxima à 47% até o ano de 1985, subiu para 57% em 2013. A proporção de terneiros no rebanho aumentou sensivelmente, não apenas devido ao melhor índice à desmama, mas também pelo aumento relativo do número de vacas em cria.

Apesar da relativa melhora, a produtividade atual do rebanho bovino gaúcho está muito aquém do desejável, principalmente por falhas de manejo nutricional, reprodutivo e sanitário. É imperativo que as instituições, quer privadas, quer públicas, busquem assistir os pecuaristas gaúchos na melhoria de seus resultados de produtividade.

17 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo se propunha a examinar a história da criação de gado no Rio Grande do Sul e, com isso, contribuir para a disseminação desse conhecimento, fundamental para a história e a cultura sul-rio-grandense. A reduzida divulgação do tema no meio acadêmico foi uma das motivações iniciais à realização da pesquisa. Em relação ao conteúdo, somos os primeiros a reconhecer suas imperfeições, porquanto não somos historiadores. No entanto, baseados na bibliografia disponível, da lavra de autores antigos e modernos consagrados, formulamos um texto conciso, que procurou se ater ao essencial de cada período estudado. Acreditamos que atingimos o objetivo colimado.

Em 1634, o jesuíta boliviano Cristóbal Mendoza introduziu entre 1500 e 3000 reses correntinas na margem esquerda do rio Uruguai, por ordem de seu superior, Pe. Pedro Romero. Foi a primeira introdução de bovinos em larga escala no território rio-grandense. Esse gado e sua descendência espalharam-se para a metade sul do Rio Grande do Sul, e também para o Uruguai, onde se multiplicaram enormemente, originando a Vacaria do Mar – reserva de gado que, ao ficar praticamente intocada pelo homem, chegou a possuir 4 milhões de bovinos selvagens. Essa riqueza pastoril atraiu os luso-brasileiros para o extremo-sul da América, os quais fundaram a cidade de Colônia do Sacramento, na margem esquerda do rio da Prata, em 1680. A partir desse ano, os nômades que habitavam a Banda Oriental – luso-brasileiros, hispano-americanos, vagos, gaudérios e índios – passaram a caçar os bovinos da Vacaria do Mar de forma indiscriminada, visando a exportação de couro para os mercados europeus.

Sesmarias foram concedidas no Rio Grande do Sul a partir de 1732, originando a estância luso-brasileira, propriedade privada com fins comerciais. Foi somente a partir do surgimento desse estabelecimento que o gado *vacum* passou a ser criado, em larga escala, no Rio Grande do Sul. Até então, os nômades limitavam-se à caça à rês selvagem.

As descobertas auríferas nas Minas Gerais demandaram grande quantidade de animais para carga. Assim sendo, os estancieiros rio-grandenses, além de bovinos, passaram a criar grandes quantidades de muares para atender essa demanda. A partir do ano de 1730, tropas de mulas eram levadas, com frequência, até a feira de Sorocaba, onde eram comercializadas com outros tropeiros, que as tangiam até o centro-oeste.

Portanto, em se tratando dos principais agentes econômicos do Rio Grande do Sul no século XVIII, seu primeiro terço foi caracterizado pelos nômades coureadores de gado *vacum*, que se voltavam ao Prata (centro econômico da época), e seus dois terços seguintes foram

caracterizados de um lado pelos estancieiros e, de outro, pelos tropeiros de cavalgadas que se dirigiam ao sudeste do país – esse intercâmbio comercial, via terrestre, possibilitou a integração definitiva do território rio-grandense ao restante do Brasil.

As charqueadas comerciais começaram a funcionar a partir de 1779 em Pelotas. Assim que garantiram o mercado consumidor em outras regiões do país, prosperaram. Em verdade, os charqueadores, juntamente com os estancieiros, foram os principais agentes econômicos do Rio Grande do Sul no século XIX. Em relação à mão de obra, predominou o braço escravo sobre o livre tanto nas charqueadas quanto nas estâncias, sendo que nestas últimas esse fenômeno ocorreu até meados do século XIX, pelo menos.

Nas estâncias indivisas do período Imperial, a principal tarefa dos escravos, assalariados e agregados era amansar o gado e manter o mesmo sob vigilância, para que os animais não se aqueressem em campos circunvizinhos. Além disso, uma vez por ano, os peões se encarregavam dos serviços de marcação, castração e aparte do gado gordo, que era vendido aos 6 ou 7 anos de idade para as charqueadas de Pelotas.

O uso de aramado difundiu-se em nossas fazendas na década de 1890, ocasionando verdadeira revolução econômica e social – apaziguou conflitos, individualizou a posse, dificultou a fuga dos animais, diminuiu a mão de obra, possibilitou o controle do pastoreio, a estação de monta e a melhoria qualitativa do rebanho. Alguns anos depois, reprodutores de raças bovinas estrangeiras começaram a ser importados de outros países por criadores gaúchos. A multiplicação e a difusão desses animais tiveram impacto perceptível no rebanho bovino rio-grandense já na primeira metade do século XX. Por outro lado, as pastagens cultivadas generalizaram-se em ritmo muito mais lento. Ainda que muitas das espécies de forrageiras europeias já existissem em nosso Estado desde o século XIX (e.g. *Avena sativa* e *Lolium multiflorum*), as pastagens cultivadas foram se difundir, em larga escala, somente a partir de meados da década de 1960.

A utilização de pastagens artificiais e de campos nativos melhorados com adubação química e sobresemeadura de espécies temperadas possibilitou avanços em produtividade animal, tais como redução da idade de abate, maior ganho de peso e maior quantidade de gado terminado nos meses de inverno. No entanto, tratando-se dos rebanhos de cria, os avanços em produtividade foram mais tímidos.

Rolos de arame, reprodutores superiores de raças britânicas e sementes de pastagens artificiais foram três tecnologias importadas pelos criadores da Campanha, em grande parte, do Uruguai. Com efeito, esse país possuía maior liberdade de comércio com a Inglaterra, e nossa pecuária felizmente pode se beneficiar dessa circunstância.

Durante muito tempo o Rio Grande do Sul foi o estado que possuía o maior rebanho bovino do Brasil. Esse cenário alterou-se em meados da década de 1930, momento em que Minas Gerais passou a ocupar a primeira colocação. Atualmente, Mato Grosso é o estado que possui o maior rebanho bovino do país.

O rebanho bovino gaúcho continuou crescendo até o ano de 1980, e a partir de então estabilizou-se em valores que oscilam entre 13 e 14 milhões de cabeças. Relativamente à produtividade atual do rebanho de cria, apesar da ascensão ocorrida nas últimas décadas, existem 57 terneiros para cada 100 vacas em nosso Estado, índice modesto, quando comparado à produtividade de países onde, igualmente, predomina a produção bovina a pasto, tais como Uruguai, Austrália e Nova Zelândia.

Em um cenário em que os mercados internacionais vêm aumentando progressivamente a demanda por carne bovina brasileira, o índice acima referido revela que há espaço para avanços significativos em produtividade. Ademais, acreditamos que a pecuária de corte e sua indústria continuarão sendo alicerces fundamentais da economia do Rio Grande do Sul. É uma atividade econômica perene em nosso Estado, conforme sintetizou, com maestria, o professor Mozart Pereira Soares, ao prefaciá-lo *Episódios do Ciclo do Charque*:

O Rio Grande é uma das unidades mais harmônicas da federação brasileira. Talvez seja uma das melhores dotadas para fazer a felicidade de seus filhos pelo trato da terra. E quanto à pecuária, tem ele não só clima e solos, como também tradição. Não existe mais rendosa indústria do que transformar o mais abundante encontrado dos produtos, que é o capim, na substância mais altamente elaborada pela vida, que é a proteína animal, e através de um motor de rendimento ideal, quimiodinâmico, dotado de mecanismos automáticos perfeitos, que é o organismo animal. Quando esta indústria falhar, as outras já terão soçobrado definitivamente (MARQUES, 1987, p. 10).

O presente trabalho não esgota as discussões a respeito da história da criação de gado no extremo-sul da América, matéria fecunda, e é evidente que não era essa a pretensão inicial. A história do gado é capítulo indissociável da história rio-grandense, logo, é um tema que deve ser estudado não apenas por pecuaristas e outros profissionais vinculados à atividade, mas por todos aqueles que almejam melhor compreender a realidade político-sócio-econômica do Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

- ABERDEEN ANGUS - Asociación Argentina de Angus. **La Raza**. Historia y Desarrollo. 2015. Disponível em: <<http://www.angus.org.ar/index.php?page=laRaza>>. Acesso em: 5 jul. 2015.
- ABREU, J. C. de. **Capítulos da história colonial**. Brasília: Senado Federal, 2013. 232 p.
- AGUIAR, M. M. **Senado documento** – Missões Jesuíticas – Guerreiros da Fé – Bloco 1. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=b6XSgF5USow>>. Acesso em: 30 abr. 2015.
- ANGUS - Sociedad de Criadores Angus del Uruguay. **Historia**. Breve Historia del Aberdeen Angus en el Uruguay. 2015. Disponível em: <<http://angusuruguay.com/historia>>. Acesso em: 5 jul. 2015.
- AMARAL, L. **História Geral da Agricultura Brasileira**: no tríplice aspecto político-social-econômico. Volume II. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958, 385 p.
- ARAÚJO, A. A. **FORAGEIRAS PARA CEIFA**. 3.ed. Porto Alegre: Sulina, 1978. 173 p.
- ARAÚJO, A. A. **MELHORAMENTO DAS PASTAGENS**. 2.ed. Porto Alegre: Sulina, 1967. 155 p.
- ASSIS BRASIL, C. **Diário de Cecília Assis Brasil**. Porto Alegre: L&PM, 1983. 208 p.
- ASSUNÇÃO, F. O. **Historia del gaucho**. 2.ed. Buenos Aires: Claridad, 2007. 315 p.
- BARCELLOS, J. L. **Informações sobre a raça**. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por <devon@terra.com.br> em 13 mai. 2015.
- BIBLIOTECA Medicina Animae. Estudos Bandeirantes. **Carta Régia de 7 de dezembro de 1697**. 1967. Disponível em: <https://arisp.files.wordpress.com/2009/07/carta_regia_07-12-1697.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2015.
- BIER, O. **Bacteriologia e Imunologia**: em suas aplicação à medicina e à higiene. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1966, 991 p.

BOLDRINI, I. I. A flora dos campos do Rio Grande do Sul. In: PILLAR, V.P.; MÜLLER, S.C.; CASTILHOS, Z.M.S.; JACQUES, A.V.A. (editores). **Campos Sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: MMA, 2009. 408 p.

BOLDRINI, I. I. Campos do Rio Grande do Sul: caracterização fisionômica e problemática ocupacional. **Boletim do Instituto de Biociências/UFRGS**, Porto Alegre, n.56, p.1-39, 1997

BOURNE, E. G. **Columbus at the Zenith of his fortunes in Spain in America**. New York: Barnes & Noble edition, 1962. 18 p.

BRITO, S. S. **Trabalhos e costumes dos gaúchos**. Porto Alegre: ERUS, 1979. 151 p.

BRUXEL, A. **O gado na antiga banda oriental do Uruguai**. Porto Alegre: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1960. 110 p.

CAMINHA, P. V. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. 1500. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2015.

CAMPOMAR, J.C.C. **Província de São Pedro do Rio Grande do Sul – 1822**. 1942. Disponível em: <www.ihgrgs.org.br/cd_mapas_rs/CD/imagens/mapas/cap_4/cap_4.1/581-325.htm>. Acesso em: 29 jun. 2015.

CARVALHO, P. C. F.; SANTOS, D. T.; GONÇALVES, E. N.; MORAES, A.; NABINGER, C. Forrageiras de clima temperado. In: FONSECA, D.M; MARTUSCELLO, J.A. (eds.). **Plantas forrageiras**. Viçosa: Editora UFV, 2010. 537 p.

CASAL, A. **Corografia Brasílica ou Relação Historico-Geografica do Reino do Brazil** Composta e Dedicada a Sua Magestade Fidelissima por Hum Presbitero Secular do Gram Priorado do Crato. Tom. I. Rio de Janeiro: Impressão Regia, 1817, 324 p.

CESAR, G. **História do Rio Grande do Sul: período colonial**. 2 ed. São Paulo: Editora do Brasil, 1979. 327 p.

CESAR, G. **O Conde de Piratini e a Estância da Música**. Administração de um latifúndio rio-grandense em 1832. Porto Alegre: EST, Instituto Estadual do Livro, UCS, 1978. 88 p.

CESAR, G. Ocupação e diferenciação do espaço. In: **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. 424 p.

CESAR, G. **Origens da economia gaúcha** (o boi e o poder). Porto Alegre: IEL/Corag, 2005. 220 p.

CHAROLÊS - Associação Brasileira de Criadores de Charolês. **Histórico da raça**: a história avança no terceiro milênio. 2015. Disponível em: <<http://www.charoles.org.br/historico-da-raca/>>. Acesso em: 2 jun. 2015.

CHAVES, A. J. G. **Memórias econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil**. 4.ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004. 272 p.

CICERO, M. T. **De officiis**. With An English Translation. Walter Miller. Cambridge: Harvard University Press, 1913. 403p.

COIMBRA, D. **Aspectos da evolução Argentina**. Porto Alegre: Globo, 1926.

CONCEIÇÃO, O. A. C. **A expansão da soja no Rio Grande do Sul 1950 - 1975**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1986. 114 p.

CONI, E. A. **Historia de las vaquerías de Río de la Plata** (1555-1750). 2011. Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com/obra/historia-de-las-vaquerias-de-rio-de-la-plata-1555-1750/>>. Acesso em: 24 mai. 2015.

COSTA, E. B. da. (Ed.). **História ilustrada do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Já Editores, 1998. 320 p.

COSTA, P.T.D. da. **Contribuição ao Estudo da Propriedade Rural no Rio Grande do Sul**. Tese apresentada para o concurso de professor catedrático da Cadeira de Economia Rural: Economia, Contabilidade e Legislação Agrícola, da Escola de Agronomia "Eliseu Maciel". Pelotas: 1951, 49p.

COTRIM, E. **A Fazenda Moderna**: Guia do Criador de Gado Bovino no Brasil. Bruxelas: V. VERTENEUIL & L. DESMET, 1913, 376 p.

DREYS, N. **Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul**. Porto Alegre: IEL, 1961. 185 p.

ELIAS, A.C. **Os registros de Aberdeen Angus no Brasil**. 2015. Disponível em: <http://www.herdbook.org.br/textos/registros_angus.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2015.

ÉLIS JUNIOR, A. **O ciclo do luar**. 1950. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/34820>>. Acesso em: 30 mai. 2015.

FARSUL. **FARSUL 70 anos: 1927-1997**. Porto Alegre: FARSUL, 1997, 104 p.

FEE. A agricultura do Rio Grande do Sul. In: **25 anos de economia gaúcha**. Porto Alegre: FEE, 1978. 106 p.

FERREIRA, A.B.H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, 1838 p.

FERREIRA, A. T. **Uma "exótica" no campo: o capimannoni-2 e suas influências na produção pecuária da Coxilha de São Rafael, no Município de Quaraí-RS**. 2011. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, PLAGEDER, Porto Alegre, 2011.

FLORES, M. **História do Rio Grande do Sul**. 9.ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2013. 207 p.

FLORES, M. **Tecnologia e indumentária do tropeiro in Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre: Edições EST, 2004. 10 p.

FONSECA, D. M *et al.* Outras Gramíneas Forrageiras de Importância Econômica para a Pecuária Brasileira, In **Plantas Forrageiras**, Viçosa: Editora UFV, 2010, 537 p.

FONSECA, P.A.V. Tropas. In: SANTOS, L. M. S.; BARROSO, V. L. M. (Orgs.) **Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre: Edições EST, 2004. 765 p.

FORTES, J. B. A Estância: discurso pronunciado pelo General João Borges Fortes. **Revista do IHGRGS**, Porto Alegre, n.93. I Trimestre, 1944, 134 p.

FRANCO, S. C. Gaúchos existem? In: GONZAGA, Sergius; FISCHER, Luís Augusto. (Orgs.). **Nós, os gaúchos**. 4.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998. 300 p.

FRANCO, S. D. F. **Gente e coisas da Fronteira Sul: ensaios históricos**. Porto Alegre: Sulina, 2001. 189 p.

FREITAS, D. **O socialismo missioneiro**. Porto Alegre: Movimento, 1982. 79 p.

FÜRSTENAU, V. Pecuária: atraso ou modernização. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.22, n.4, p.252-272, 1995.

GANDAVO, P. M. **Tratado da Terra do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2008. 161 p.

GIBERTI, H. C. E. **Historia económica de la ganadería Argentina**. Buenos Aires: Solar/Hachetter, 1970. 211 p.

GOMES, A.M. **Fundação e evolução das estâncias serranas**. Cruz Alta: A. Dal Forno/Livraria Liderança, 1966, 335 p.

GOMES, L. **1822**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010. 197 p.

GRANDO, M. Z. (coord.). **Agropecuária do Rio Grande do Sul 1980-1995 a caminho da eficiência?** Porto Alegre: FEE, 1996. 160 p.

GUZMAN, R. D. de. **La Argentina manuscrita**. Madrid: Historia, 1986.

HAMEISTER, M.D. **O Continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c.1727 - c.1763)**. 2002. 287 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de História, Rio de Janeiro, 2002.

HASENACK, H.; CORDEIRO, J. L.; COSTA, B. S. C. Cobertura vegetal atual do Rio Grande do Sul. In: **SIMPÓSIO DE FORRAGEIRAS E PRODUÇÃO ANIMAL, 2.**, 2007. **Anais...** Porto Alegre: Metrópole, 2007. p. 15-21.

HEREFORD - Sociedade de Criadores de Hereford do Uruguai. **Referencias históricas de la raza hereford**. 2015. Disponível em: <<http://www.hereford.org.uy/hereford/raza/historia>>. Acesso em: 5 jun. 2015.

HERNÁNDEZ, J. **Instrucción del estanciero**. Tratado completo para la plantación y manejo de um estabelecimiento de campo destinado a la cria de hacienda vacuna, lanar y caballar. Buenos Aires: Claridad, 2008, 336 p.

HOLANDA, S. B. **Cobra de vidro**. Porto Alegre: Martins, 1944. 121 p.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 1920/2006** (Rebanho Bovino do Rio Grande do Sul: 1970 - 2006). Até 1996 dados extraídos de: Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

KUHN, F. O “Governo dos Índios”: a Aldeia dos Anjos durante a administração de José Marcelino de Figueiredo (1769-1780) In **Caderno de Resumos 3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, 02 a 04 de maio de 2007. São Leopoldo: Oikos, 2007, 14p.

LAYTANO, D. de. **A estância gaúcha**. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1952. 49 p.

LAYTANO, D. de. **Fazenda de criação de gado**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1950, 151 p.

LAYTANO, D. de. **Origem da propriedade privada no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins, 1983. 310 p.

LESSA, B. **Rodeio dos ventos**: uma síntese fantástica da história do Rio Grande. Porto Alegre: Coleção RBS, 1978. 203 p.

LOPES NETO, S. **Contos Gauchescos**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2008, 200p.

LOBATO, J.F.P. Efeitos do Uso de Boas Pastagens e de Manejo no Aumento da Produção Animal In **Anais do Seminário Sobre Pastagens**. Porto Alegre: FARSUL, 1980, 233p.

LOBATO, J. P. Uma retrospectiva da pecuária de corte em campos nativos e campos melhorados no bioma Pampa. In: PILLAR, V. P.; MÜLLER, S. C.; CASTILHOS, Z. M. S.; JACQUES, A. V. A. (eds.). **Campos sulinos**: conservação e uso sustentável da biodiversidade. Brasília: MMA, 2009. 408 p.

LOPES NETO, S. **Terra gaúcha**. Porto Alegre: Sulina, 1955. 165 p.

LUGON, C. **A república comunista cristã dos guaranis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

MAESTRI FILHO, J. O escravo africano no Rio Grande do Sul. In: **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. 424 p.

MARIANTE, H. M. **A idade do couro no continente D'El Rey**. Porto Alegre: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - M.E.C., 1974. 84 p.

MARQUES, A. F. **A economia do charque**. O charque nas artes. Culinária do charque. Porto Alegre: Martins, 1992. 190 p.

MARQUES, A. F. **Episódios do ciclo do Charque**. Porto Alegre: Edigal, 1987. 300 p.

MARQUES, A. F. **Evolução das Charqueadas Riograndenses**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1990.

MARTINS, I. G. **História de São Paulo**. São Paulo: LTR, 2003. 43 p.

MENDOZA, P. C. **Historia de la ganadería Argentina**. Buenos Aires: Talleres gráficos argentinos, 1928.

MEDEIROS, L.T. **O Peão de Estância**: um tipo de trabalhador rural. Porto Alegre: UFRGS/Faculdade de Ciências Econômicas/Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas, 1969, 42p.

MEDEIROS NETO, J. B. **Revolução na pecuária**. Porto Alegre: Sulina, 1990. 185 p.

MÜLLER, C. A. **A história econômica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Grande Sul, 1998. 288 p.

NABINGER, C. Técnicas de Melhoramento de Pastagens Naturais In **Anais do Seminário Sobre Pastagens**. Porto Alegre: FARSUL, 1980, 233p.

NABINGER, C.; PINTO, C. E.; BOLDRINI, I. I.; CARVALHO, P. C. F. Os campos sulinos. In: REIS, R. A.; BERNARDES, T. F.; SIQUEIRA, G. R. (Eds.). **Forragicultura** - Ciência, Tecnologia e Gestão dos Recursos Forrageiros. Jaboticabal: Maria de Lourdes Brandel, 2013. p. 157-172.

ORNELLAS, M. **Gaúchos e debuínos** - A origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul. 5.ed. Porto Alegre: Edigal, 2012. 309 p.

OSÓRIO, H. **Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da Estremadura Portuguesa na América**: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de História, Niterói, 1999. (UFF/ICHF/PPG-História).

PAIM, N. R. Research on Lotus spp. **Lotus Newsletter**, v.19, p.37-43, 1988.

PASTOUS, S. **O homem e a terra**: a caminho da evolução pecuária. Porto Alegre: Globo, 1960. 186 p.

PERDOMO, J. E. **La tropeada más grande de la historia**. 2012. Disponível em: <<http://www.revistahistoricarochense.com.uy/rhr-no-1/la-tropeada-mas-grande-de-la-historia/>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

PEREIRA, C. N. **Genealogia Tropeira**: Rio Grande do Sul Séculos XIX e XX. v.III. Coletânea de material histórico e genealógico. [s.l]: [s.n], 2006.

PIMENTEL, F. **O Rio Grande do Sul e suas riquezas**. Porto Alegre: Continente, 1950. 729p.

PINTO, A. B. **Historia de la ganadería en el Uruguay**, 1574-1971. Montevideo: Biblioteca Nacional, 1973. 366 p.

PINTO, A. F. **Romances de estância e querência**: marcas do tempo. Porto Alegre: Movimento, 1997. 218 p.

POLI, J.L.E.H. & CARMONA, P.S. **Sinótese dos ensaios da Estação Experimental de Forrageiras de São Gabriel**: de 1941 a 1965, Porto Alegre: Secretaria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, 1966, 210p.

PORTO, A. **História das missões orientais do Uruguai** (Parte I). 2.ed. Porto Alegre: Selbach, 1954. 452 p.

QUEVEDO, R. **A Estância e as Charqueadas**: episódios do ciclo do charque. Alvarino Marques: EDIGAL, 1986.

REVERVEL, C. **O gaúcho**: aspectos de sua formação no Rio Grande e no Rio da Prata. Porto Alegre: L&PM, 1996. 109 p.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. 578p.

SANTOS, C. M. Distribuição e uso da terra no Rio Grande do Sul no Século XVIII. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA. 8., 1975. **Anais...** Aracaju. 1975. 21 p.

SCHNEIDER, S.; WAQUIL, P. D. Caracterização Socioeconômica dos Municípios Gaúchos e Desigualdades Regionais. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. **SOBER**, Brasília, v.39, p.117-142, 2001.

SHORTHORN Brasil. **História do Shorthorn**. 2009. Disponível em: <<http://shorthornbrasil.blogspot.com.br/2009/09/historia-do-shorthorn.html>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

SIEWERDT, L. De que pastagens necessitamos. In: **Seminário Sobre Pastagens**. Porto Alegre: FARSUL, 1980, 233p.

SILVA, G. S.; COSTA, E.; BERNARDO, F. A.; GROFF, F. H. S.; SANTOS, D. V.; MACHADO, G. **Panorama da bovinocultura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2014. 7 p.

SILVEIRA, A.S. **O potencial das relações públicas com os públicos estratégicos do Sindicato Rural de Tupanciretã - RS**. Cruz Alta: Unicruz, 2006. 21 p.

SIMÕES. A. A. **Santiago, sua terra, sua gente**. Porto Alegre: Martins, 1989. 194 p.

SIMONSEN, R. C. **História econômica do Brasil (1500 – 1820)**. Brasília: Senado Federal, 2005. 589 p.

SOARES, M. P. **Vocação agropecuária do Rio Grande do Sul: três séculos de história**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014. 152 p.

TERRA, M. **Biografia e memórias**. Tupanciretã: [s.n], 1961. 130 p.

TESCHAUER, C. **História do Rio Grande do Sul dos dois primeiros séculos**. v.II. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2002. 1593 p.

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Ataques às reduções jesuíticas.** 2015. Disponível em: <penta2.ufrgs.br/rgs/historia/ataques.htm>. Acesso em: 16 mai. 2015.

VASCONSELLOS, S. **Chronica da companhia de Jesus do Estado do Brazil e do que obraram seus filhos nesta parte do novo mundo.** 1663. Disponível em: <<https://ia700506.us.archive.org/28/items/chronicadacompan01vasc/chronicadacompan01vasc.pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2015.

VELLINHO, M. A formação histórica do gaúcho. In: KREMER, A.C. **Rio Grande do Sul - Terra e Povo.** 2.ed. Porto Alegre: Globo, 1965. 295 p.

VELLINHO, M. **Capitania d’El Rey.** Porto Alegre: IEL. 2005.

APÊNDICE A - Rebanhos existentes em 1787 no Rio Grande do Sul

Localidade	Bovinos	Equinos	Muares	Asininos	Ovinos
Vila de S. Pedro	20.116	6.531	47	8	200
Povo Novo	8.549	3.431	19	10	108
Serro Pelado	59.946	14.899	475	31	3.385
Estreito	23.213	5.880	89	85	462
Mostardas	59.880	6.551	726	74	507
Rio Pardo	6.719	2.309	125	22	80
Jacuí e Pequiri	103.631	36.655	2.372	336	2.283
Couto	7.833	3.064	30	40	1.070
Encruzilhada	105.056	27.342	1.428	218	4.672
S. Amaro	61.652	28.564	1.693	471	7.164
Taquari	5.193	2.108	100	8	1.752
Triunfo	95.334	23.775	1.061	252	6.080
Porto Alegre	6.086	1.599	-	10	109
Caí	23.798	7.618	517	181	3.002
Na. Sra. Dos Anjos ...	7.996	5.305	262	41	1.090
Viamão	36.468	5.613	216	58	502
S. Antônio da Serra ..	11.248	2.914	44	10	86
Na. Sra. da Conceição da Serra	8.901	2.225	167	69	406
Total	651.619	186.470	9.371	1.926	32.945

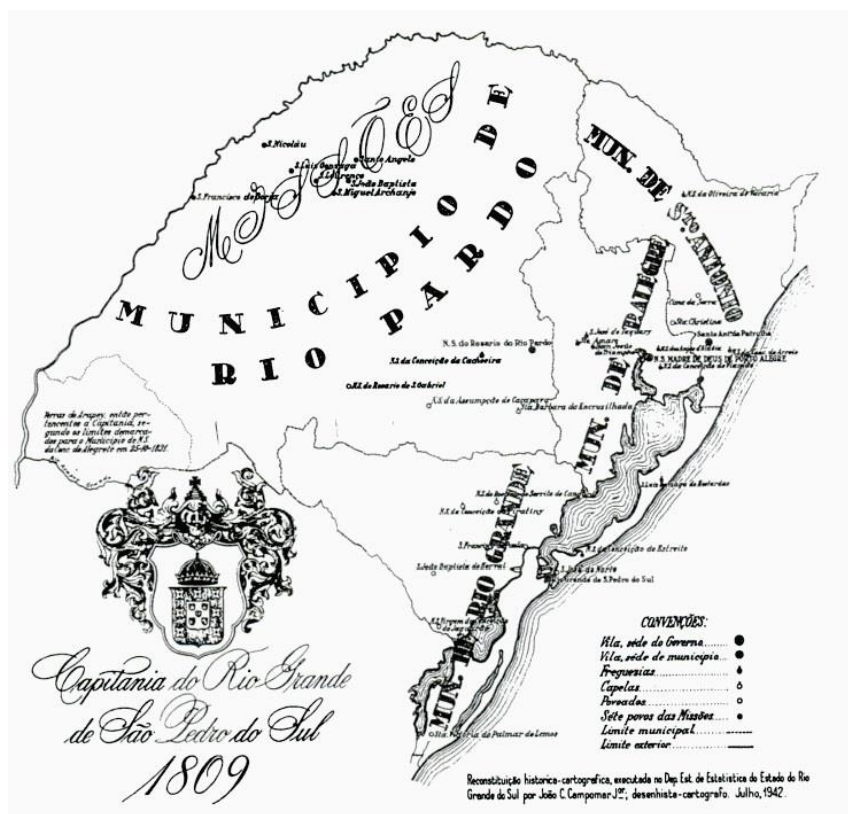
Fonte: LAYTANO, 1983, p.150

APÊNDICE B - Valor do gado em Rio Pardo em 1777

Gado	Unidade em réis	Valor em réis
275 bois mansos	2\$000	550\$000
166 bestas muares mansas	6\$400	1.062\$400
2 burros	12\$800	25\$600
666 cavalos mansos	3\$000	2.004\$000
127 cavalos	2\$500	317\$500
20 cavalos inferiores	1\$500	30\$000
2.340 reses de conta	1\$280	2.995\$200
561 reses pequenas	\$480	269\$280
265 éguas	1\$000	265\$000

Fonte: LAYTANO, 1983, p.143

APÊNDICE C - Mapa da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul em 1809 com seus quatro municípios



Fonte: CAMPOMAR, 1942

APÊNDICE D - População livre e escrava do Rio Grande do Sul

Ano	População total	População escrava	%
1780	17.923	5.102	28,46
1814	70.656	20.611	29,17
1858	282.547	70.880	25,08
1860	309.476	76.109	24,59
1861	344.227	77.588	22,53
1862	276.446	75.721	27,39
1863	392.795	77.419	19,71
1872	434.813	67.791	15,59
1874	462.542	98.450	21,28
1883	700.000	62.138	8,87
1884	-	60.000	-
1885	-	22.709	-
1887	944.616	8.430	0,89

Fonte: COSTA, 1998, p. 184